



Governo terá novo programa de oferta de médicos em regiões distantes

Via Appia ganha leilão para explorar trecho norte do Rodoanel

Página 2

AGU pede condenação definitiva de 42 presos por atos golpistas

Página 16

Resultado do Fies 2023 já está disponível

O Ministério da Educação (MEC) divulgou o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do primeiro semestre de 2023. No total, 205.177 candidatos se inscreveram para disputar 67.301 vagas em instituições particulares de ensino superior.

A partir desta quarta-feira (15), os estudantes pré-selecionados devem fazer a complementação das informações das inscrições na página do programa na internet. O prazo vai até as 23h59 do dia 17 de março.

Depois, é necessário validar as informações apresentadas no ato da inscrição em até cinco dias úteis após a data da complementação da inscrição, feita na página do Fies. Para validar, o pré-selecionado deve procurar diretamente a instituição de ensino superior, que irá informar ao estudante sobre o meio a ser utilizado para o recebimento da documentação exigida, se em formato físico ou digital.

A classificação é feita em ordem decrescente, com base nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e as demais regras do processo seletivo. Medicina, direito, enfermagem, odontologia e psicologia foram os cursos mais procurados.

Segundo o MEC, em 2023, serão ofertadas o total de 112.168 vagas para o Fies.

Lista de espera

Quem não foi selecionado nesta chamada é automaticamente incluído na lista de espera do Fies para disputar as vagas que não forem preenchidas. O candidato deve ficar atento às convocatórias, acessando o sistema de inscrição do programa. A convocação da lista de espera será feita entre 21 de março e 18 de maio.

O que é o Fies

O fundo concede financiamento a estudantes com renda bruta familiar per capita de até três/salários mínimos para que possam estudar em instituições privadas. O estudante deverá pagar as prestações após encerrar o curso. As prestações são calculadas levando em consideração o limite de renda, sem cobrança de juros. (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,25
Venda:	5,25
Turismo	
Compra:	5,38
Venda:	5,46
EURO	
Compra:	5,64
Venda:	5,64

Lula quer banco público emprestando para obras em municípios



Foto: Lula Marques/ Agência Brasil

Brasileiro de Enduro

Husqvarna PowerHusky abre temporada com campeões na E3 e EJ na etapa de Mairiporã

A equipe Husqvarna PowerHusky saiu de Mairiporã (SP) com três pódios e com a liderança em duas categorias no Campeonato Brasileiro de Enduro. Os dois pilotos mineiros estrearam na equipe no lugar mais alto do pódio: Luciano Rocha #9 (TE 300) venceu na E3 e fez o 4º tempo da geral e Joaquim Neto #711 (FE 250) foi o mais rápido na EJ e 5º na geral. Maurício Fernandes #111 (FE 501) fechou o fim de semana em 4º na E50.

Esses foram os resultados do sábado, 11, após as três voltas no circuito de 40km, disputados sob chuva que exigiram técnica e habilidade, além de resistência dos pilotos no piso repleto de lama e trechos alagados. No domingo, 12, quando seria disputada a 2ª

etapa, a chuva torrencial durante o reconhecimento da Especial (trecho cronometrado) fez a organização cancelar a prova como medida de segurança.

“Foi uma prova bem difícil com muita lama e trechos extremamente técnicos, tive de manter a calma para trazer um bom resultado para a equipe e estou muito feliz”, afirma Joaquim Neto, 21 anos, mineiro de Sarzedo. “Não havia mesmo condições de rodar naquelas Especiais até o deslocamento estava péssimo”, completa o piloto que foi Vice-Campeão Brasileiro de Enduro no Junior, em 2022.

Os três pilotos haviam se preparado muito bem para a prova de Mairiporã e estavam prontos para acelerar no segundo dia, mas agora, voltam aos treinos focados na próxima etapa de 21



Maurício Fernandes garantiu pódio em quarto na E50

a 23 de abril, em Patrocínio, em Minas Gerais.

“O resultado superou nossas expectativas logo na primeira prova. Com as novas motos, Luciano e Joaquim venceram em

formados atuam nas regiões mais carentes de profissionais.

“Vamos elevar a oferta de serviço não apenas de forma quantitativa, mas qualitativa, capacitando ainda mais a assistência básica em nosso país, além de ofertar esses médicos, voltando ao patamar que nós tínhamos de garantia de todas as cidades, regiões, distritos, localidades distantes terem a possibilidade de ter médicos para assistir à população”, explicou o ministro em entrevista à imprensa, no Palácio do Planalto, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **Página 10**

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse na terça-feira (14) que, em breve, o governo lançará um novo programa de oferta de médicos em regiões mais distantes dos centros urbanos, nos moldes do Programa Mais Médicos, criado em 2013 na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

O nome do programa ainda não foi definido, mas, por enquanto, está sendo chamado de Mais Saúde para os Brasileiros. Segundo Costa, ele será ampliado para incluir a formação de especialistas na atenção básica e terá incentivos para que médicos recém-

Linha 8 de trens de SP requer ações emergenciais de segurança, diz MP

Página 2

CGU e Polícia Federal investigam fraudes licitatórias em prefeituras

Página 15

MP de taxação de apostas eletrônicas sai após viagem de Lula à China

A medida provisória que pretende taxar apostas eletrônicas deverá ser editada após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China,

disse na terça-feira (14) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele também anunciou que a taxa será via contribuição. **Página 10**

Esporte

Brasil entre os melhores eventos do IRONMAN no mundo, mais uma vez

O Brasil segue se destacando no cenário mundial de provas dos circuitos IRONMAN e IRONMANe, mais uma vez, teve algumas de suas etapas entre as melhores do calendário. Em recente pesquisa feita pela WTC (World Triathlon Corporation) com todos os atletas que participam das mais de 170 provas da franquia ao redor do planeta, três eventos no país se destacaram na temporada 2022, confirmando a força e a excelência dos eventos por aqui, todos com organização da Unlimited Sports.

O Itaipu BBA IRONMAN Brasil, com uma história de mais de

duas décadas de sucesso em Jureirê Internacional, na cidade de Florianópolis (SC), foi o terceiro colocado na categoria “Prova IRONMAN mais recomendada” de 2022. Completaram o Top 3, IRONMAN Kalmar, na Suécia, em primeiro lugar, e IRONMAN Wales, no País de Gales, em segundo.

Já no IRONMAN 70.3, o Itaipu BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, realizado na Praia dos Ingleses, ficou com a medalha de prata, seguido pelo Itaipu BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro, no Recreio dos Bandeirantes, com o bronze. O ouro ficou com o IRONMAN 70.3 Michigan,

nos Estados Unidos.

Para o CEO da Unlimited Sports, Carlos Galvão, os resultados devem ser bastante comemorados. “Não poderíamos estar mais felizes. Depois de 2 anos de pandemia, voltamos à ativa e ficou mais do que evidente o nível de excelência que mantemos como padrão nos nossos eventos. Gostaria de parabenizar todos os envolvidos, responsáveis por viabilizar esse espetáculo grandioso. Aproveite para reafirmar o nosso compromisso de entregar não apenas um evento, mas uma experiência única e memorável”, afirmou

Em 2022, o circuito Itaipu

BBA IRONMAN 70.3 passou por 5 cidades (Florianópolis, Rio de Janeiro, Maceió, São Paulo e Fortaleza), além da edição especial de 20 anos do Itaipu BBA IRONMAN Brasil, na capital catarinense. Cada evento conta com o apoio da comunidade local que recebe atletas do mundo inteiro e torna a experiência do triatleta inesquecível, reforçando a importância de toda a cadeia do triatlo para um resultado expressivo como este seja alcançado.

Para 2023, o calendário segue com as cinco etapas do Itaipu BBA IRONMAN 70.3, e a abertura da temporada será no dia 16 de abril, mais uma vez na capital

catarinense. A novidade no circuito fica por conta do Itaipu BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro, no dia 9 de julho, com novo local de largada, desta vez em Copacabana, e percurso com trechos do mesmo utilizado nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. Já o Itaipu BBA IRONMAN Brasil terá sua 21ª edição no dia 28 de maio.

O Itaipu BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis é organizado pela Unlimited Sports, com Title Sponsor Itaipu BBA, patrocínio de Track Field, Xiaomi, Omint e Heineken. Mais informações no site oficial, www.ironmanbrasil.com.br

Via Appia ganha leilão para explorar trecho norte do Rodoanel

A proposta da Via Appia Fundo de Infraestrutura e Participações venceu o leilão para concessão do Rodoanel, realizado nesta terça-feira (14), na B3, em São Paulo. O projeto prevê a concessão dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos para a exploração do sistema rodoviário por 31 anos.

Além da Via Appia FIP, participaram do leilão o Consórcio SP Flow (Mercantil do Brasil), Consórcio Infraestrutura SP (Necton Investimentos) e ACCiona Concessões Ltda.

Com 44 quilômetros de extensão no eixo principal, três a quatro faixas por sentido e sete túneis duplos, o Trecho Norte do

Rodoanel compreende os municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá. Com R\$ 3,4 bilhões previstos em investimento, o projeto deve gerar mais de 15 mil empregos e reduzir a circulação de 18 mil caminhões diariamente dentro da capital.

“Vamos fechar a saga do Rodoanel”, afirmou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. “Começamos com o pé direito com o leilão do Rodoanel, agora podemos dizer, tem cronograma, aliás, com rodovias que vão agregar a novidade do freeflow. A ideia é trabalhar com o freeflow em todo o estado”, disse o governador.

O freeflow (fluxo livre) é um sistema de livre passagem sem

praças de pedágio em rodovias, em que a cobrança é feita de forma igualitária a todos que utilizam o sistema, de acordo com a quantidade de quilômetros que foram rodados.

Via Appia Infraestrutura: Proposta de 100% de desconto sobre contraprestação de pecuniária máxima; Consórcio Infraestrutura SP: Proposta de 100% de desconto sobre contraprestação de pecuniária máxima; Consórcio SP Flow: Proposta de 60,03% de desconto sobre contraprestação de pecuniária máxima; ACCiona: Proposta de 12,90% de desconto sobre contraprestação de pecuniária máxima.

A Via Appia ofereceu 23% de oferta de desconto sobre aporte



Rodoanel

público, já o Consórcio Infraestrutura SP ofereceu 5,11%, o que determinou o resultado.

O leilão foi suspenso nesta segunda-feira (13) por liminar, mas o governo paulista conse-

guiu suspender a medida. O presidente do Tribunal de Justiça (TJSP), desembargador Ricardo Anafe, suspendeu os efeitos de liminar, que impedia o certame. O Rodoanel Norte é o últi-

mo trecho que falta para que haja a integração de todas as rodovias que circundam a cidade de São Paulo. As obras estavam paradas desde 2018. O trecho norte terá 44 quilômetros e completará o Rodoanel nos seus 177 quilômetros.

Com o objetivo de desafogar o trânsito, principalmente de caminhões, na capital, o Rodoanel teve as obras iniciadas em 1998. O primeiro trecho foi entregue em 2002. A previsão é que as obras do trecho norte sejam concluídas em 2025. Com isso, o governo de São Paulo estima uma redução na circulação de 18 mil caminhões por dia na capital. (Agência Brasil)

Estudo da Fundação Seade aponta que mulheres são 90% dos cuidadores em SP

Em 2021, do total de cuidadores de enfermos, crianças, pessoas com deficiência e idosos no Estado de São Paulo, 90% são mulheres, das quais 90% são parentes e residentes no domicílio, de acordo com estudo da Fundação Seade do Governo de SP.

Entre os cuidadores de crianças de até cinco anos, o percentual de mulheres atingiu 95%, com 94% sendo parentes que residem no domicílio. Os cuidadores de deficientes compunham o segundo contingente com maior proporção de mulheres (90%), o mesmo ocorrendo com a parcela de cuidadores parentes e que residem no domicílio (93%).

Os cuidadores dos enfermos também eram majoritariamente

mulheres (84%) e parentes residentes no domicílio (88%).

Entre os idosos, nas famílias com pessoas de até 70 anos, as mulheres representavam 73% dos cuidadores e 82% eram parentes residentes no domicílio (82%). Já entre os idosos com 71 anos e mais, é maior a proporção de mulheres no trabalho de cuidado (84%) e menor em relação ao parentesco (72%).

A parcela de cuidadores que tinham sob sua responsabilidade mais de uma pessoa varia entre 15% e 26%, com os maiores percentuais observados entre os cuidadores de enfermos e de idosos de até 70 anos.

Quase metade dos cuidadores (44%) também era responsável pelos afazeres domésticos. Conciliavam os cuidados com o

trabalho no próprio domicílio de forma remunerada 16% dos cuidadores, 12% trabalhavam fora do domicílio e 14% estavam sem trabalho.

Do total de cuidadores, 7% foram contratadas, sendo a maior parte (94%) diretamente pelos moradores do domicílio. A contratação por cooperativa ou agência corresponde a cerca de 5%, e 32% possuíam curso relacionado aos cuidados ou à área de saúde.

Cuidadores por faixa etária

A maioria dos cuidadores possuía entre 30 e 59 anos (63%). Os cuidadores de crianças com até cinco anos eram mais jovens, com 95% com menos de 60 anos e 20% com

menos de 30 anos.

Já os cuidadores de idosos eram mais velhos, com 46% tendo mais de 60 anos nas famílias com idosos de até 70 anos que precisavam de cuidados e 40% naquelas com idosos de 71 anos e mais.

Sobre

A pesquisa Cuidados no Domicílio buscou identificar como as famílias paulistas se organizavam, em 2021, para os cuidados de crianças, idosos, pessoas com deficiências e com doenças crônicas que necessitavam de cuidados. Esta pesquisa integra uma linha experimental, que combina métodos inovadores de amostragem, de coleta da informação e de geração de indicadores.

Linha 8 de trens de SP requer ações emergenciais de segurança, diz MP

Parecer elaborado pela área técnica do Ministério Público de São Paulo (MPSP) aponta para a necessidade de medidas emergenciais visando garantir a segurança da Linha 8-Diamante do sistema de trens metropolitanos da capital.

Segundo o documento, é preciso fazer a manutenção e a modernização de equipamentos antigos. A linha, assim como a Linha 9-Esmeralda, é operada desde janeiro de 2022 pela ViaMobilidade, empresa Grupo CCR. Desde o início do contrato, ambas as linhas têm apresentado sucessivas falhas.

O Ministério Público reconhece que a empresa “adquire equipamentos para manutenção e promove ações no intuito de aumentar a segurança dos passageiros”. Entretanto, o parecer destaca que essas ações são “insuficientes” em relação às necessidades de substituição e manutenção de itens antigos usados nas linhas.

O relatório foi elaborado para embasar o trabalho dos promotores no inquérito sobre dois acidentes ocorridos na linha em 2022. Em março do ano passa-

do, um trem bateu contra uma barreira de proteção na Estação Júlio Prestes, na região central paulistana. Em dezembro, a mesma composição descarrilou na Estação Domingos de Moraes, na zona oeste da cidade. Ninguém ficou ferido em nenhuma das situações.

Na curva onde o trem descarrilou constatou-se que os dormentes - peças transversais que sustentam os trilhos - são parte de madeira e parte de concreto, o que gera uma diferença na distância da bitola. Além disso, parte dos dormentes de madeira está, de acordo com o parecer, apodrecida. Os técnicos apontaram para a irregularidade na distância entre os trilhos como uma das prováveis causas do acidente.

O relatório recomenda, ainda, que os dormentes de madeira sejam substituídos por equivalentes de concreto, que têm maior durabilidade. Também é destacada a necessidade de manutenção da via, com substituição de diversos componentes degradados ou que estão faltando, como parafusos de fixação e os equipamentos que fazem a mudança de via das composições.

Uma análise feita pela empresa ViaMobilidade mostra ainda que o sistema eletrônico que fornece informações ao operador do trem não indicou de forma contínua que havia um descarrilamento.

O aviso apareceu de maneira intermitente na tela e o freio de emergência foi desativado, o que permitiu que o trem fosse movimentado mesmo parcialmente fora dos trilhos. Por isso, o documento recomenda mudanças nesse sistema de aviso para que o alarme de ocorrências de risco não desapareça antes que o problema seja efetivamente verificado.

Sobre a batida do trem contra o muro de proteção, o parecer conclui que o erro foi do operador que acionou os freios após o ponto de parada. A empresa já havia informado publicamente que essa era a causa do acidente e que o funcionário foi demitido.

No entanto, o relatório aponta que o acidente poderia ter sido evitado se as composições já estivessem equipadas com o Sistema de Sinalização e Controle de Trens (CBTC), que faz

o controle automático dos trens. Segundo o documento, o sistema havia começado a ser implantado, mas ainda não estava em funcionamento. São recomendadas, também, medidas de capacitação de funcionários que trabalham na linha.

No ano passado, a Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos de São Paulo aplicou R\$ 7,9 milhões em multas à ViaMobilidade por descumprimento contratual devido a falhas nas linhas 8 e 9 de trens.

Procurada pela Agência Brasil, a ViaMobilidade disse que faz inspeções periódicas nas duas linhas e “quando encontrado qualquer desvio ou risco, corrige pronta e previamente para conforto, segurança e melhor experiência ao cliente”.

Segundo a nota da concessionária, nos primeiros 12 meses de operação das linhas, o investimento para substituir trilhos, dormentes danificados e equipamentos da rede aérea, pátios e estações passa de de R\$ 1 bilhão. Parte dos recursos também foi usada, de acordo com a empresa, para adquirir novos trens. (Agência Brasil)

Fatecs divulgam calendário do Vestibular para o 2º semestre de 2023

Está disponível para consulta nos sites www.vestibularfatec.com.br e www.cps.sp.gov.br o calendário do processo seletivo das Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatecs) para o segundo semestre de 2023.

O Vestibular é a porta de entrada para cursar o Ensino Superior Tecnológico de forma gratuita, nas modalidades presencial e a distância, em uma das unidades do Centro Paula Souza, presentes em todas as regiões do Estado.

A primeira etapa do cronograma é direcionada aos interessados em solicitar isenção total

e/ou redução de 50% no valor da taxa de inscrição. Os pedidos devem ser realizados entre os dias 3 e 11 de abril, pelo site.

As inscrições para o Vestibular das Fatecs vão de 12 de abril a 2 de junho e devem ser feitas pela internet. A prova será aplicada no dia 25 de junho.

Conheça as principais datas do processo seletivo:

3 a 11 de abril - até as 15 horas: Pedidos de isenção e redução da taxa de inscrição;

24 de abril - a partir das 15 horas: Resultado das soli-

citações de isenção e redução;

12 de abril a 2 de junho - até as 15 horas: Inscrição para o Vestibular pela internet;

21 de junho - a partir das 15 horas: Divulgação dos locais de prova;

25 de junho - a partir das 13 horas: Prova do Vestibular;

26 de junho - a partir das 15 horas: Divulgação do gabarito;

11 de julho - a partir das 15 horas: Divulgação da lista de classificação geral e primeira convocação para matrículas;

7 de agosto: Previsão de início das aulas do segundo semestre letivo de 2023.

Outras informações pelos telefones (11) 3471-4103 (Capital e Grande São Paulo) e 0800-596 9696 (demais localidades) ou pela internet.

Vestibulinho das Etecs

Em breve, o Centro Paula Souza (CPS) vai divulgar o calendário do processo seletivo das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) para o segundo semestre de 2023.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador Annenberg teve o mandato cassado por infidelidade partidária (do PSDB pro PSB) pelo TRE. Cabe ao ex-dirigente do Detran SP recorrer ao TSE

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) voltou a ser alvo preferencial do Datena, que por sua vez tem o herdeiro do Brizola (Lupi) dizendo que pode ser candidato à prefeitura 2024

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Quem volta à Casa na posse de hoje é o ex-senador e de novo ex-vereador Suplicy. É o cara que menos depende de votos do PT do Lulismo. Tá com 81 anos

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio (Republicanos) teve suas contas aprovadas com ressalvas pelo TRE-SP. Sua campanha vai ter que devolver quase 640 mil reais. Coisa pouca. Troco pra alguns doadores

CONGRESSO (Brasil)

Senador-presidente (MG) Pacheco (PSD) tá na pista pelo Lulismo. Não tá aceitando CPI (mista com Câmara Deputados) sobre quem bancou invasão dos 3 Poderes em 8 janeiro 2023

PRESIDÊNCIA

Ex-1ª dama Michelle, agora líder do PL Mulher, tá partindo pros EUA, pra comemorarem seus aniversários em março. Será que voltarão juntos, pra causarem no Brasil ?

(Brasil)

... Como Lula (dono do PT) explicará que foi defendido pelo papa - e o mesmo pontífice tá chamando o ditador da Nicaraguá que Lula defende - de 'Hitler' dos católicos

JUSTIÇAS (Brasil)

Dono da Verdade Real (no Poder Judiciário), Alexandre (Supremo) tá lançando ao último círculo do 'Inferno de Dante' os que querem seguir tendo liberdade total na Internet e redes sociais

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa brasileira desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) por ser referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Santo Antônio Energia S.A.
 CNPJ 09.391.823/0001-60



Mensagem da ADMINISTRAÇÃO

Somos 10+

2022 FOI MARCADO PELOS 10 ANOS DE GERAÇÃO E PELOS NOVOS RUMOS DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA

O ano de 2022 foi marcado pela comemoração dos dez anos de geração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia, com o marco de mais de 136 milhões de Megawatts-hora gerados desde o dia 30 de março de 2012, quando as duas primeiras turbinas, do total de 50, entraram em operação comercial.

Uma singela e emocionante celebração marcou a data, com a visita de convidados especiais na usina. Acionistas, conselheiros, representantes do poder público, poder concedente e agentes regulatórios puderam ver de perto o trabalho realizado por um time comprometido e dedicado, e a beleza de uma grandiosa obra de engenharia no potente rio Madeira.

A geração de energia nestes dez anos possibilitou o pagamento de royalties de mais de R\$ 762 milhões. Vale frisar ainda que durante todo este tempo e com todos os investimentos em tecnologia feitos desde a época de construção da usina até os dias atuais, nunca foi registrada qualquer anomalia que comprometesse a segurança da barragem da hidrelétrica.

Durante 2022, as vazões observadas no Rio Madeira foram inferiores às de 2021, mesmo assim a geração foi superior em diversos meses. A Santo Antônio Energia (SAE) continuou como a quarta maior geração hidrelétrica do Brasil, porém no ano de 2022 registrou 17.690,87 GWh representando queda de geração de 2,5% em relação ao ano anterior.

Mesmo em um ano com condições hidrológicas muito favoráveis no Brasil, mantendo o armazenamento dos reservatórios superiores ao ano anterior, a geração térmica e de fontes intermitentes causou a degradação do Generation Scaling Factor (GSF) que registrou fator de 84,5%, impactando no patamar ideal de 100%. Por outro lado, as mesmas condições favoráveis de chuva e de armazenamento reduziram o Preço médio de Liquidação das Diferenças (PLD) para R\$ 59,00/MWh, atenuando o custo da Companhia nas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que somado ao efeito das compras de hedge e das demais operações de energia, impactaram o caixa da Companhia em menos R\$ 771 milhões.

O segundo semestre de 2022 foi marcado por uma redução do IPCA, índice que atualiza o custo da dívida. Mesmo assim, o índice acumulado ficou bem acima do que previa o Banco Central (5,79% vs. 3,5%), condição que representou um impacto adicional de mais R\$ 290 milhões no custo financeiro da dívida, em relação ao que se estimava no Plano de Negócios 2022-2026.

A Santo Antônio Energia, até o mês de junho de 2022, fez parte do programa de standstill do BNDES, uma medida de suspensão temporária de cobrança de dívidas que beneficiou as hidrelétricas com capacidade instalada acima de 50MW.

Mitigando os efeitos da crise hídrica, a medida representou para a SAE R\$ 857 milhões em postergações pelo período de sete meses. O alívio financeiro trouxe maior liquidez ao caixa da Companhia, que encerrou o ano de 2022 com Caixa Livre disponível de R\$ 914,6 milhões. Como previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, todo e qualquer Caixa Livre que exceder o montante de R\$ 378,4 milhões, deve ser destinado a Amortização Extraordinária Obrigatória (Cash Sweep). Sendo assim, no dia 15 de fevereiro de 2023 a SAE realizou uma amortização extraordinária ao BNDES FINEM no valor de R\$ 536,2 milhões.

Arbitragem - Em 30 de novembro de 2015, foi iniciado perante a Câmara de Comércio Internacional um procedimento arbitral em face do Consórcio Construtor Santo Antônio, composto pelas construtoras e fornecedoras de equipamentos, para dirimir dúvidas relativas ao contrato de construção da UHE, sendo que a arbitragem foi instaurada em caráter sigiloso, nos termos do próprio Contrato.

Em 7 de fevereiro de 2022 foi proferida Sentença Arbitral desfavorável aos interesses da Santo Antônio Energia. A perda da Arbitragem representou impactos significativos à Companhia, sendo R\$ 183 milhões no ativo imobilizado pela capitalização de gastos com pessoal incorridos no período da construção da UHE. Além de R\$ 1,7 bilhão no resultado de 2022 devido à perda do ativo financeiro (dispendícios reembolsáveis) e ao pagamento de custos adicionais no rol da construção da UHE. Já o impacto no caixa, pelo pagamento de custos adicionais e devoluções de retenções contratuais, foi de R\$ 1,5 bilhão. Em 12 de setembro de 2022 a arbitragem foi encerrada.

Para realizar o pagamento da arbitragem, a Companhia contou com aporte de acionista, que se deu pelo aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Controladora realizada em 29 de abril de 2022, no valor de até R\$1,58 bilhão, mediante a emissão de 12.764.070.940 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A integralização do capital foi realizada em sua totalidade pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A., em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R\$681,4 milhões e R\$901,2 milhões, respectivamente.

Ainda no ano de 2022 ocorreram as revisões da garantia física da usina e das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio. A partir de 1º de janeiro de 2023 a garantia física passou a ser de 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022) e o novo Índice de Disponibilidade de Referência passou a ser de 94,761% versus 99,5%.

A revisão do índice de disponibilidade de referência proporcionará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio.

Uma empresa ESG - A Santo Antônio Energia marca o ano de 2022 com uma nova visão de sustentabilidade, cada vez mais estruturada no contexto das melhores práticas ambientais, sociais e de governança, em alinhamento com a tendência global ESG.

Com um histórico de mais de R\$ 2,5 bilhões de investimentos em programas socioambientais em Porto Velho e região, a Santo Antônio Energia foi reconhecida com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, na categoria "Empresa na Amazônia", por seus investimentos em projetos de sustentabilidade, além das parcerias para desenvolvimento socioeconômico da região. A Premiação certifica as ações de empresas instaladas na região que equilibram seus negócios com o fortalecimento das cadeias produtivas locais e o desenvolvimento sustentável.

Ainda com um olhar cada vez mais voltado para uma Amazônia sustentável, em 2022 foi estabelecida a parceria da Companhia com o Centro de Estudos Rio Terra e o Instituto Amazônia+21 para a criação do primeiro Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia (CBCA). O objetivo do CBCA é estimular o desenvolvimento econômico sustentável na região do Alto Rio Madeira, com ações de conservação e reflorestamento, laboratórios de pesquisa, criação de biofábrica e de viveiro com capacidade para produzir até dois milhões de mudas por ano.

O CBCA está sendo instalado em uma área de cerca de mil hectares nos arredores do reservatório da Hidrelétrica Santo Antônio, entre as comunidades da Vila Betel e Vila Nova de Teotônio. O terreno integra a Área de Preservação Permanente do reservatório da usina e foi cedido por um período de 25 anos, com fim exclusivo de instalação e operação do Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia. O início do trabalho de reflorestamento já começou. Em 2022 foram plantadas 400 mil mudas em uma parte do terreno.

Em um trabalho desenvolvido com apoio da consultoria que utilizou a ferramenta EY ESG Navigator e benchmarking com 8 empresas de referência no setor elétrico, a SAE pôde avaliar o seu nível de maturidade nos aspectos ESG. A nota da SAE foi de 3,73, considerando a nota máxima de 5 pontos, com práticas em "estado avançado" ou "líder de prática".

A partir deste resultado, foi elaborado um Plano de Ação ESG para aprimoramento das práticas, que deverá ser implantado ao longo dos próximos anos, após alinhamento com o Controlador.

Reforçando seu compromisso de combater todas as formas de corrupção, como empresa integrante da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a Santo Antônio Energia avançou também em relação ao ODS16 aderindo ao Movimento Transparência 100%.

O Comitê de Diversidade da Companhia vêm trazendo como seu principal propósito combater a desigualdade de gênero. Hoje 37% da liderança da SAE é de mulheres e ainda temos 39% dos aprendizes de técnico de eletroeletrônica e 52% dos nossos estagiários do sexo feminino.

Internamente, a atuação responsável da Companhia para lidar com a pandemia da COVID-19 garantiu que encerrássemos o ano de 2022 com 100% dos nossos integrantes vacinados e 97% dos empregados dos fornecedores parceiros que atuam na usina.

O ano foi marcado também pelo retorno do programa Alta Voltagem, um programa de geração de ideias com foco em inovação e melhoria contínua de operação. Cerca de 65 ideias foram apresentadas e estão sendo avaliadas por um comitê técnico para que entrem em implantação, com reconhecimento para os integrantes que trouxeram soluções para melhorar a eficiência da operação da usina ou dos processos administrativos.

O ano de 2022 foi de desafios e de conquistas, mas são características marcantes da Santo Antônio Energia a superação, a resiliência e o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região onde atua. Agora sob novo controle acionário, está em andamento um plano conjunto que contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais *intercompany*. A Companhia continuará atenta aos desafios futuros com o mesmo compromisso e com a certeza de que é uma empresa fundamental para o setor de energia e para o Brasil, e financeiramente sustentável no longo prazo.

Nosso Negócio: ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL

A Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio, uma das cinco maiores obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil. A construção foi iniciada em janeiro de 2008 e está localizada no rio Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia.

Com 50 unidades geradoras em operação comercial e capacidade instalada de 3.568 MW e 2.424 MWm de garantia física ao fim de 2022, a UHE Santo Antônio destaca-se pela utilização de turbinas do tipo "Bulbo" - que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, como barragem a fio d'água.

Sua construção foi iniciada no segundo semestre de 2008, e a primeira unidade geradora entrou em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto em seu Contrato de Concessão, que inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008. Em 2021, com a aplicação da Lei 14.052/2020, a vigência da concessão foi ampliada em 4 anos e 4 meses, passando para 17 de outubro de 2047.

Em fase de geração plena, com todas as unidades em operação comercial desde janeiro de 2017, a hidrelétrica produz energia de fonte limpa e renovável, com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

A UHE Santo Antônio está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de duas linhas de transmissão em alta tensão (525 kV) e corrente contínua, além de ter outra linha de 230kV construída para atender ao consumo exclusivo dos estados de Rondônia e Acre. Com extensão de 2.400km, as mais longas do mundo, essas linhas ligam a subestação conversora construída na cidade de Porto Velho, em Rondônia, à subestação de Araraquara, no estado de São Paulo, atravessando cinco estados e 90 municípios.



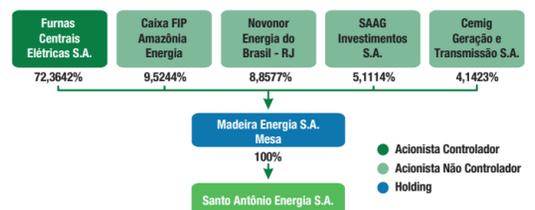
Composição ACIONÁRIA

A Santo Antônio Energia é controlada pela Madeira Energia S/A - MESA, que detém 100% do seu capital total.

Devido aos impactos decorrentes do Procedimento Arbitral CCI21.511 ASM, foi aprovado um aumento de capital da MESA no valor de até R\$ 1,58 bilhão, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2022.

A integralização do capital na MESA foi realizada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), em 02 e 09 de junho de 2022, nos montantes de R\$ 681,4 milhões e R\$ 901,2 milhões, respectivamente.

Após subscrito e integralizado, o capital social da MESA é de R\$11,3 bilhões dividido em 18.591.936.512 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tendo a seguinte composição acionária:



Conjuntura ECONÔMICA

O ano de 2022 foi marcado pelo "fim" da fase mais dura da crise sanitária que tomou o mundo nos últimos três anos, a COVID-19. O resultado da atividade econômica estimado para 2022 conta com a contribuição positiva da agroindústria, indústria e principalmente dos serviços, que continuam sendo o principal motor da economia. O crescimento previsto do PIB de 2022 será de 3,1% e a projeção para 2023 é estimada em 1,4%.

Em razão das incertezas do cenário mundial e interno, especialmente considerando a existência do conflito entre Rússia e Ucrânia, a crise energética na Europa, políticas monetárias contractionistas ao redor do mundo e a própria política econômica a ser implementada pelo novo governo brasileiro, o real deve permanecer depreciado com projeção de R\$ 5,30/US\$ em 2023.

A inflação em 2022 foi de 5,79%, uma redução ao ser comparada com a de 2021, isso ocorreu, pois, a partir do segundo semestre de 2022 aconteceu uma combinação entre temores de recessão que baixaram o preço do petróleo no exterior, alta de juros e desonerações federais e estaduais sobre o preço dos combustíveis. A inflação esperada para 2023 gira em torno de 5,36%. Índices muito acima dos centros das metas inflacionárias estabelecidas pelo Banco Central: 3,50% e 3,25%, para 2022 e 2023, respectivamente. Cabe destacar que esse índice, através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é utilizado pela Companhia para atualização dos preços de seus contratos de venda de energia, serviços contratados, debêntures emitidas e de seus contratos de financiamento (BNDES Finem).

No combate à alta da inflação, o COPOM (Comitê de Política Monetária) sinalizou que seguirá na estratégia de aperto monetário até que haja consolidação, tanto do processo de desinflação, quanto da ancoragem das expectativas em torno das metas. Dessa forma, a projeção da taxa SELIC tem previsão de fim do ciclo de aumento em 13,75% ao fim do primeiro trimestre de 2023 e manutenção da taxa ao longo do ano.

Em 2022 o regime das chuvas favorável ajudou a recuperar os reservatórios do país, que atingiram os melhores níveis em 10 anos, sendo assim, em 2023 o risco hidrológico deve diminuir, o que favorecerá as geradoras hídricas, que devido a geração espera-se ser menos impactadas pela compra de energia para o hedge do risco hidrológico.

Setor Elétrico e REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado por um período de forte inversão hidrológica, onde houve o rompimento de um ciclo de baixas precipitações que se alongava há alguns anos. Com a intensidade do período úmido referente ao ciclo 2021-2022, foi possível recuperar os níveis de armazenamento dos reservatórios das principais bacias do Sistema Interligado Nacional (SIN). A conjuntura de um cenário hidrológico favorável associado à elevada expansão da geração solar e eólica foi responsável pela manutenção do preço da energia em patamares muito baixos durante todo o ano.

Ao passo em que o cenário hidrológico contribuiu positivamente para o sistema, ainda assim foi necessário um despacho térmico adicional até meados de abril, em virtude de um decreto promulgado pela CREG - Resolução nº 3 - que implementou a bandeira da escassez hídrica até meados de abril/22. Dessa forma, o despacho por segurança energética contribuiu para que o período de replecionamento dos reservatórios fosse atendido de forma plena e trouxesse maior segurança ao sistema. Não obstante a melhoria das condições hidrológicas, o fato de haver geração térmica fora de mérito e geração das fontes intermitentes deslocou a geração hidráulica ao longo do ano, degradando o GSF, de forma a penalizar o gerador hidráulico mesmo em um contexto de preços muito baixos. A melhoria das condições hídricas, do nível de armazenamento nos reservatórios e do enfraquecimento do aumento do consumo, provocou redução significativa do PLD em 2022, quando comparado ao PLD de 2021. O GSF, apesar da expressiva melhora quando comparado com 2021, ainda permaneceu em níveis aquém da boa hidrologia observada, como segue:

Média do PLD (R\$/MWh) Preço de Liquidação das Diferenças		Média do GSF Generation Scaling Factor	
2021	2022	2021	2022
280	X 59	75%	X 85%

AFASTAMENTO DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Em 2022 destaca-se a conclusão do processo que resultou no afastamento do período de transição considerado no cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Transição - TUST da UHE Santo Antônio. O projeto original da UHE Santo Antônio teve suas TUSTs estabelecidas com base na REN 267/2007, que definiu os valores de TUSTs por 10 ciclos, sendo o último o ciclo 2020/2021. Ocorre que, com a edição da REN 559/2013, a ANEEL havia fixado um período de transição para aplicação da nova tarifa após o fim do último ciclo da estabilização, em divergência com o Edital da UHE Santo Antônio. Na prática, o período de transição editado pela Agência prorrogava por mais dois ciclos tarifários o percentual do valor da TUST estabilizada, que, por consequência, acarretaria custos extraordinários à Companhia, visto que, além de implicar em modificação de alocação de riscos do leilão, violaria também o equilíbrio da contratação.

Assim, após manifestação da Companhia, instrução de processo pela Agência e realização de Consulta Pública, a ANEEL, por meio da REN ANEEL Nº 1.021/2022 afastou a regra de transição para todos os agentes de geração que tiveram suas TUSTs estabelecidas com base na REN 267/2007. Com isso, a Santo Antônio Energia assegurou seu direito e afastou o período de transição da TUST, tendo a aplicação integral da nova tarifa estabelecida no ciclo 2020/2021, evitando um custo extraordinário de R\$ 450 Milhões.

REVISÃO ORDINÁRIA DE GARANTIA FÍSICA

Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 02/12, a Portaria MME 709/2022 divulgando o resultado do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física (ROGF) que define os valores de Garantia Física (GF) das usinas hidrelétricas despachadas a vigorar a partir de janeiro/2023. O novo valor da Garantia Física da UHE Santo Antônio é de 2.313,3 MW médios, (redução de 110,9 MW médios).

Também foi divulgada a revisão dos valores das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio, sendo de 1,591% para TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e de 3,707% para TEIP (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada). Inicialmente, na abertura da CP, sob alegação de que a usina não possuía 60 meses de operação após completa motorização, na data de 31/12/2021, critério regulatório por eles definidos, o MME/EPE não classificou a UHE Santo Antônio como elegível a revisar as referidas taxas, mantendo-se os valores estabelecidos na época do edital do leilão da UHE Santo Antônio, como sendo de 0,5% de TEIF e 0,0% de TEIP. Tal questão, foi revertida junto ao MME após a Companhia ter encaminhado contribuição no âmbito da Consulta Pública MME 132/2022 e realizado reuniões com equipe técnica do Ministério. A contribuição demonstrou que, alternativamente ao critério dos 60 meses de operação após completa motorização, a UHE Santo Antônio se enquadrava no inciso II do Art. 5º da Portaria MME 42/2022, de tal sorte que, o novo Índice de Disponibilidade de Referência será de 94,761% a partir de janeiro de 2023, versus 99,5% vigente até o final de 2022.

Usina Hidrelétrica (UHE)	TEIF (%)	IP (%)	ROGF de 2022 Garantia Física de Energia Revista (MW médios)	ID de Referência (%)
Santo Antônio	1,591	3,707	2.313,30	94,761%

A revisão dos valores de indisponibilidade agregará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio.



Desempenho da Companhia

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou, no exercício de 2022, receita operacional líquida de R\$ 4.137 milhões, alta de 10% ou R\$ 379 milhões maior em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 3.758 milhões), devido ao reajuste das tarifas.

A garantia física foi comercializada em sua totalidade por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (ACL), conforme abertura a seguir:



CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais do período apresentaram um aumento de 51%, passando de R\$ 2.264 milhões para R\$ 3.426 milhões, principalmente impactados pela decisão da arbitragem junto ao CCSA em 2022, pelo ressarcimento do GSF histórico em 2021 e pela reversão da provisão dos encargos setoriais (TUST). Se desconSIDERADOS esses efeitos, os custos do período seriam de R\$ 2.790 milhões, 12% menores que o mesmo período do ano anterior.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022



*continuação

RS MM	2022	2021	Var.	Var. %
CCEE/Energia Comprada	(771)	(957)	186	-19%
Encargos Setoriais	(1028)	(1.179)	151	-13%
Pessoal	(76)	(75)	(1)	1%
Material	(25)	(12)	(13)	104%
Depreciação e amortização	(848)	(841)	(7)	1%
Serv. de terceiros/Outros	(43)	(91)	48	-53%
Custos Operacionais Ajustados	(2.790)	(3.154)	364	-12%
Ressarcimento do GSF histórico	-	890	(890)	-
Reversão Prov. Encargos Setoriais (TUST)	263	-	263	-
Perda Arbitragem CCSA	(899)	-	(899)	-
Custos Operacionais	(3.426)	(2.264)	(1.162)	51%

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

RS MM	2022	2021	Var.	Var. %
Serviços de terceiros	(65)	(40)	(25)	63%
Provisão para Contingências	(49)	2	(50)	n.a
Pessoal e administradores da entidade	(38)	(32)	(5)	16%
"Fees" e comissões para bancos	(3)	(3)	-	-13%
Associações em Geral	(3)	(3)	-	-3%
Outros	(5)	(4)	(1)	33%
Total	(162)	(81)	(81)	101%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido negativo passou de R\$ 3.210 milhões em 2021 para R\$ 3.241 milhões em 2022. Apesar da variação ter sido pequena, vale ressaltar que devido a redução do IPCA em 2022 fomos impactados positivamente ao comparar com o ano anterior em R\$ 520 milhões, que foi compensado pela decisão da arbitragem junto a CCSA. Essas variações podem ser observadas no quando a seguir:

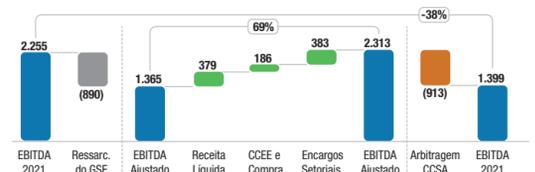
RS MM	2022	2021	Var.	Var. %
Rec. aplicações financeiras	134	19	115	n.a
Outras rec. Financeiras	188	5	183	n.a
Var. monetárias moeda nacional	42	267	(225)	-84%
Var. monetárias (UBP*)	14	9	4	44%
(-) Tributos receitas financeiras	(17)	(35)	18	-51%
Receitas Financeiras	360	265	95	36%
Juros de dívidas	(2.486)	(3.006)	520	-17%
Perda arbitragem CCSA (ii)	(675)	-	(675)	-
Var. monetárias (UBP*)	(54)	(58)	4	-7%
Var. monetárias moeda nacional	(320)	(380)	93	-16%
Outras despesas financeiras	(66)	(31)	13	114%
Despesas Financeiras	(3.601)	(3.475)	(126)	4%
Resultado Financeiro	(3.241)	(3.210)	(31)	1%

* UBP: Uso do Bem Público

EBITDA

No ano de 2022, o EBITDA da companhia alcançou o montante de R\$ 1.399 milhões (margem de 34%). Este resultado é superior ao resultado apurado no mesmo período de 2021, isso aconteceu devido ao ressarcimento do GSF histórico de 2021 e a arbitragem CCSA de 2022.

RS MM	2022	2021	Var.
Lucro/Prejuízo líquido	(2.921)	7	(2.927)
IR e CS	(230)	1.803	(2.033)
Depreciação e amortização	(848)	(842)	(7)
Resultado Financeiro	(3.241)	(3.210)	(31)
EBITDA	1.399	2.255	(856)
Ressarcimento do GSF histórico	-	890	-
Arbitragem CCSA	(913)	-	-
EBITDA Ajustado	2.312	1.365	947



RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

A Companhia registrou prejuízo de 2.921 milhões em 2022, ante o lucro de R\$ 7 milhões em 2021, impacto negativo ocorreu devido a arbitragem CCSA.

As principais variações podem ser observadas no gráfico a seguir:



PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

O saldo correspondente à dívida da SAE em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$20.041 milhões, conforme demonstrado no detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação. O Custo Médio da dívida é de IPCA + 7,23%.

Origem	Custo	Dívida Bruta	%	Venc.
BNDES		13.730	68%	-
BNDES Direto	IPCA + 7,00%	6.655	33%	set-40
BNDES Repasse	IPCA + 7,87%	7.075	35%	set-40
FNO	8,5% Pré-fixado*	482	2%	dez-30
Debêntures		5.843	29%	-
1ª Emissão		5.214	26%	-
1ª Série	IPCA + 6,5%	2.661	13%	out-37
2ª Série	IPCA + 6,5%	2.553	13%	jun-38
3ª Emissão		629	3%	-
Subtotal da dívida		20.055	100%	
Custo de Transação a Amortizar		(13)	0%	
Total da dívida		20.041	100%	

* Taxa de 10% a.a. considerando um bônus de adimplência de 15%.



Demais ASSUNTOS

COVENANTS

A Companhia possui contratos de financiamentos junto ao BNDES Finem e Escrituras de Debêntures que possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros), que são apurados ao final de cada exercício social, e covenants não financeiros que são monitorados mensalmente.

No ano de 2022 a Companhia cumpriu adequadamente seus covenants, mantendo o acompanhamento integral dos mesmos por meio de um sistema para gestão eficiente e maior controle das obrigações. O sistema reforça a gestão e o controle das obrigações assumidas nos Contratos de Financiamentos.

Cabe ressaltar que, especificamente para o covenant Patrimônio Líquido/Ativo Total, a SAE obteve waiver dos debenturistas da 3ª emissão pelo não atingimento do covenant, referente ao exercício social de 2022, conforme obrigação constante nas escrituras dessas emissões, de manter o indicador igual ou superior a 25%. Em 2022, este indicador foi de 2,3%.

Para o covenant Dívida Líquida/Patrimônio Líquido, foi obtido waiver dos debenturistas da 1ª emissão pelo não atingimento do covenant, até o encerramento do exercício social de 2028, conforme termos da Escritura de Debêntures dessa emissão, de manter o indicador em um valor inferior a 3,5x. Em 2022, este indicador foi de 37,6x.

RATING

Em abril de 2022, a agência Fitch Ratings inseriu uma observação negativa nas Debêntures emitidas pela Companhia, observação que foi removida em setembro de 2022 e reafirmada em 4 de janeiro de 2023, com a manutenção do rating em BBB-(bra) em relação à 3ª emissão de Debêntures e da 1ª Emissão Privada de Debêntures.



INVESTIMENTOS

Após a redução dos efeitos da pandemia da COVID-19, ocorrido após o mês de março de 2022, os investimentos previstos para a maximização da performance da UHE Santo Antônio puderam ser retomados.

Apesar dos entraves para a finalização dos processos de contratação, em especial o aumento substancial dos custos de construção civil e do preço do aço, os investimentos realizados no ano de 2022 totalizaram R\$ 153 milhões e foram direcionados principalmente para indenizações e regularizações fundiárias, em obras no Distrito de Jaci-Paraná, nos monitoramentos socioambientais, em atendimento às condicionantes da licença de operação.

Os investimentos também foram direcionados para projetos na planta fabril, como: o início da implantação do projeto de lubrificação das rodas da comporta vago, a aquisição de equipamentos para manutenção do Sistema de Manejo de Troncos (SMT), permitindo a redução dos gastos com a locação destes itens e também a troca das tubulações de aço carbono por aço inox, reduzindo o problema de corrosão existente nas mesmas. Foram realizadas a troca dos reguladores de tensão fornecidos pelo fabricante ANDRITZ, em atendimento as recomendações do ONS e a substituição de banco de baterias após o término da vida útil.



Governança CORPORATIVA

A Santo Antônio Energia pauta sua atuação pela transparência nas relações, com metas claras de desempenho e compromissos assumidos com nossos investidores, clientes, integrantes, fornecedores e a sociedade, de modo geral. De acordo com o Estatuto Social da Santo Antônio Energia, o Conselho de Administração é composto da seguinte forma:

MANDATO

Mandato unificado de um ano. Permite reeleição.

COMPOSIÇÃO

O Conselho de Administração da Santo Antônio Energia é composto por 11 membros efetivos, sendo dois conselheiros independentes e respectivos suplentes.

Observação: conforme o Regulamento do Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no mínimo, 20% deverão ser conselheiros independentes e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os elege.

A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor:

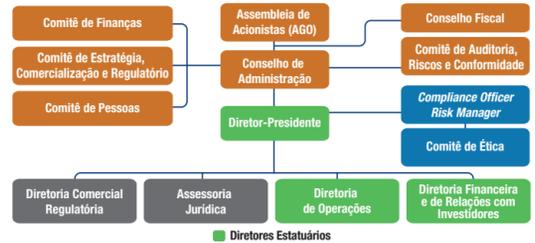
- Estatuto Social
- Política de Conflito de Interesses
- Código de Governança, sendo os dois últimos documentos relativos à controladora MESA e aplicável, no que couber, à Santo Antônio Energia.

Adicionalmente, para melhor desempenho de suas funções, o Conselho de Administração poderá valer-se de Comitês de Apoio, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração cuja última atualização se deu em 24 de agosto de 2022.

Atualmente, a Companhia possui quatro comitês permanentes:

- Comitê de Pessoas
- Comitê de Finanças
- Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade e
- Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório

ESTRUTURA CORPORATIVA E GOVERNANÇA



O Portal de Governança completou em 2022 seu terceiro ano de operação, garantindo aos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Apoio, do Conselho Fiscal e da Diretoria maior transparência e facilidade no acesso às informações necessárias para um melhor desempenho de suas responsabilidades legais e estatutárias.

Diante da atual estrutura apresentada, a Santo Antônio Energia compromete-se a continuar aplicando e aperfeiçoando constantemente todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e de Governança Corporativa.



COMPLIANCE

A empresa atua de forma contínua para a manutenção de um ambiente de trabalho íntegro e transparente. Nesse sentido, a ampliação dos pilares do Programa de Compliance e sua integração à cultura da Santo Antônio Energia contou com o total envolvimento da Alta Direção, dos nossos integrantes e de nossos parceiros de negócios.

Em relação à Gestão dos Riscos Corporativos, no decorrer do ano de 2022, a Companhia monitorou e efetuou a atualização de seu portfólio de riscos corporativos, em sinergia com as diretrizes estratégicas, os princípios ESG e as melhores práticas de mercado. O portfólio de riscos da companhia possui 23 riscos divididos entre os pilares Financeiros, Operacionais, Negócio e Conformidade. Dentre os pilares, trabalhamos os riscos ESG de forma transversal. Para o efetivo monitoramento e mitigação dos riscos, os controles e planos de ações são trabalhados de uma forma integrada e multidisciplinar pelas áreas da Companhia.

Destacamos que a Santo Antônio Energia possui um Canal de Denúncias, que é um ambiente exclusivo e confidencial disponibilizado para que os nossos Integrantes, Fornecedores e/ou Terceiros possam relatar toda e qualquer conduta que, possivelmente, não esteja de acordo com o Código de Ética e Conduta da SAE ou ainda em aparente desacordo com alguma norma legal e regulatória vigente. Todo relato feito ao Canal de Reporte e Preocupações é recebido por uma empresa independente e externa à SAE, especialista na análise e endereçamento de dúvidas, preocupações, sugestões ou denúncias, assegurando a imparcialidade e o sigilo absoluto, caso seja solicitado. O Canal de Denúncias está disponibilizado em nosso website externo e através de Atendimento Telefônico 24horas. No ano de 2022, a Santo Antônio Energia recebeu 75 relatos em nosso Canal de Denúncias, dos quais 100% foram apurados e tratados, quando o caso. Das denúncias recebidas, 38% foram consideradas procedentes, 31% improcedentes e 32% inconclusivas.

Merecem ainda destaque outras importantes atividades realizadas ao longo de 2022: O treinamento de Compliance para todos os integrantes e colaboradores terceiros, a realização de Due Diligences relacionadas a novas contratações e a comercialização de energia, a implementação da Política de Conflito de Interesses e a realização de Auditorias Internas, de acordo com o cronograma anual estabelecido.

Em 2021, a Santo Antônio Energia recebeu o prêmio Empresa Pró-Ética, que é o mais importante reconhecimento da área de Compliance no Brasil. O prêmio é uma parceria entre o Instituto Ethos e a Controladoria-Geral da União (CGU) para avaliar e divulgar as companhias que voluntariamente se engajam na construção de um ambiente de integridade e de confiança nas relações comerciais, inclusive nas que envolvem o setor público.

Reforçamos seu compromisso de combater todas as formas de corrupção, como empresa integrante da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a Santo Antônio Energia avançou em relação ao ODS16 aderindo em 2022 ao Movimento Transparência 100%. A iniciativa visa com que as empresas possam ir além de suas obrigações legais para fortalecer seus mecanismos de transparência e integridade. O Movimento troca metas e ações claras que deverão ser implementadas até 2030 e reforçam a assunção do compromisso público da Santo Antônio Energia no combate à corrupção e promoção de um sistema econômico justo, íntegro e sustentável.



Responsabilidade SOCIAL E AMBIENTAL

Desde a sua concepção, a Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica de forma sustentável na Amazônia. Com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros, contribui para a redução da utilização da energia gerada pelas termoeletricas, que configuram a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (GEE) do setor elétrico brasileiro.

Além dos compromissos legais e do licenciamento, a Santo Antônio Energia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da International Finance Corporation (IFC), aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários.

Para assegurar o atendimento, as questões socioambientais são auditadas externamente por Consultoria Independente, que realiza verificações periódicas e recomenda as melhorias necessárias. Este monitoramento é desenvolvido há mais de dez anos e vem contribuindo de forma significativa, não apenas com a evolução dos temas socioambientais, mas também na gestão organizacional e de governança. No relatório do último Monitoramento Socioambiental Independente, realizado em 2022, foram indicadas 22 recomendações, sendo 17 atendidas e 5 em atendimento, não havendo recomendações pendentes.

Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais e comprometida com uma eficiente gestão de riscos, a Santo Antônio Energia concluiu, em 2016, a implantação do seu Sistema de Gestão Integrada, que aplica melhores práticas em processos nas frentes ambiental, de saúde e segurança do trabalho.

Mesmo sendo fonte de energia limpa, a Companhia realizou, em 2013 - ainda na fase de construção do empreendimento - o seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que derivou um plano de adaptação às mudanças climáticas. E este plano também vem sendo acompanhado no âmbito das auditorias externas dos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho em Sustentabilidade do IFC, que recomendaram, em 2020, o retorno do inventário GEE.

O Inventário de Emissões GEE foi retomado em 2021 e se tornou uma importante ferramenta estratégica da companhia para conhecer melhor seus processos, avaliar e aprimorar seu sistema de gestão.

Para analisar os dados e indicadores de emissões GEE de 2021, foi possível observar resultado satisfatório da companhia dentro do seu processo de geração de energia. Como efeito de comparação, a média anual do fator de emissões decorrentes do consumo de eletricidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi de 126,42 KgCO₂e/MWh em 2021. A emissão média da Santo Antônio Energia no mesmo ano foi de 0,100 KgCO₂e/MWh.

Em linha com a agenda global 2030 e sendo Mudanças Climáticas um tema material para a companhia, a SAE se tornou signatária da maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial: o Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com destaque para o ODS 13 - ação contra a mudança global do clima.

No segundo semestre de 2022, destaca-se o atendimento à meta estratégica da Santo Antônio Energia que diz respeito à elaboração de um plano de ação ESG (Environmental, Social and Governance). O trabalho foi desenvolvido com apoio de consultoria de referência no mercado, como objetivo de realizar Diagnóstico de Maturidade bem como recomendar pontos de melhoria sobre os temas ESG em observância aos frameworks internacionais.

O Plano de Ação ESG foi apresentado ao Conselho de Administração em novembro de 2022, devendo ser implantado ao longo dos próximos anos, após alinhamento com o Controlador.

É importante destacar que nas referidas agendas de alinhamento com o Controlador também foi discutida a Materialidade 2022 como base para elaboração dos Relatórios Anuais no padrão GRI da Eletrobras, de Furnas e da Santo Antônio Energia no novo contexto do momento de transição da empresa.



Desenvolvimento - P&D

A Santo Antônio Energia é a concessionária responsável pela implantação e operação de uma das maiores usinas hidrelétricas do país na Amazônia Legal. Pelo pioneirismo na implantação de um projeto inédito sob os aspectos ambientais e tecnológicos na fronteira do Amazonas, surgem enormes desafios para melhor exploração energética e correta gestão do meio ambiente. Assim, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica - Anel (P&D), desponta um mundo de possibilidades de iniciativas para o desenvolvimento de projetos.

Por isso, a Santo Antônio Energia vai muito além de se enquadrar no rol das empresas que investem em Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia estimula uma gestão voltada para a inovação, alinhada à eficiência operacional das usinas hidrelétricas, crescimento e eficiência, abrangendo cultura, pessoas e ferramentas. Acima de tudo, tem como linha mestra atuar com transparência junto à sociedade e aos seus públicos de relacionamento.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel) origina-se da lei nº 9.991/2000. Nela, está determinado que as empresas autorizadas, permissionárias e concessionárias do setor de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em P&D. A iniciativa existe desde 2000 e tem por objetivo investir em projetos inovadores e originais, que se mostrem perfeitamente aplicáveis, relevantes e economicamente viáveis para o setor elétrico brasileiro.

Na Santo Antônio Energia o Programa é gerido pela Diretoria Comercial e Regulatória que, por meio da Gerência Regulatória, executa os requisitos administrativos, financeiros e regulatórios estabelecidos pela Agência para a realização dos projetos de P&D.

Neste último exercício, a Companhia deu início a execução de mais três novos projetos de P&D, a seguir destacados:

SISTEMA INTELIGENTE DE MONITORAMENTO DAS GRADES DAS UNIDADES GERADORAS - MIG

Iniciado em janeiro de 2022, o projeto de P&D denominado Sistema Inteligente de Monitoramento das Grades das Unidades Geradoras - MIG, tem como principais objetivos monitorar, mapear e identificar pontos de obstrução (e suas respectivas morfologias - sedimento, tronco ou macrófitas) nas grades das Unidades Geradoras (UGs), selecionar a tomada d'água e LOG BOOM, utilizando uma embarcação semi-autônoma, adaptada para as condições do rio Madeira utilizando um sonar de múltiplos feixes.

Será desenvolvido um sistema inteligente de análise 3D, baseado em redes neurais profundas (deep learning) capaz de identificar a composição morfológica dos sedimentos, indicando se são formados por madeira, plantas aquáticas ou sedimentos, com o respectivo volume, área e porcentagem de cada componente.

O produto obtido com o projeto poderá ser aplicável a qualquer tipo de reservatório e bacias no sistema hidrelétrico brasileiro para monitoramento de grades, níveis de sedimentação e inspeção de estruturas, acarretando aumento de eficiência operacional para as instalações.

PROJETO DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA EM MULTITECNOLOGIAS E ESTUDO DE ALBEDO PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA E MOBILIDADE COM VEÍCULOS ELÉTRICOS

Em maio de 2022, foi dado início a execução do Projeto de Geração Fotovoltaica em Multitecnologias e Estudo de Albedo para Geração Distribuída e Mobilidade com Veículos Elétricos.

Com início de geração prevista para julho de 2023, a planta solar fotovoltaica contará com painéis bifaciais em diferentes tipos de condições de albedo (tipos de solo), totalizando 750 kWp de potência instalada. Além disso, será utilizado veículos elétricos como carga, avaliando os benefícios da troca da mobilidade com combustíveis fósseis para mobilidade elétrica na região norte.

A planta será instalada em 4 tipos de albedos diferentes para verificação da melhor radiação refletiva. Contará ainda com a instalação de estação solarimétrica, onde será também avaliado o potencial solarimétrico da região para uma eventual expansão dessa geração, em aproveitando às áreas do entorno do reservatório da usina.



Segregação de PERDAS HIDRÁULICAS

Em dezembro de 2022, foi dado início à execução do Projeto de P&D "Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia para Segregação de Perdas de Cargas e Fenômenos Hidráulicos na Tomada D'Água", denominado "Perdas Hidráulicas".



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022



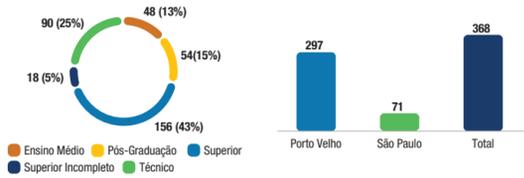
*continuação

Este projeto tem como objetivo principal desenvolver uma nova metodologia de análise aplicada em um software de monitoramento e tomada de decisão, visando a segregação e análise de perdas de cargas na tomada d'água do sistema adutor de aproveitamento hidrelétrico, diferenciando perdas relacionadas a obstrução da grade de outros fenômenos hidráulicos.

Com a conclusão deste projeto, espera-se aprimoramentos no planejamento da operação e aumento da confiabilidade das instalações de geração, podendo ser aplicado em diversos tipos de usinas hidrelétricas. Com a contratação destes três novos projetos, a Companhia, ao final do exercício de 2022, conta com 11 projetos de P&D em desenvolvimento.

Geração de EMPREGOS DIRETOS

Ao final de 2022, a Santo Antônio Energia contava com 368 integrantes, dos quais 80% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de integrantes contempla 48% com nível superior completo e 5% em formação, além de 25% com formação técnica e 13% com ensino médio.



A empresa mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos. Em 2022, o investimento em educação foi cerca de R\$ 800mil.

Como já destacado, o novo cenário socioeconômico exigiu esforços conjuntos para garantir a segurança e a saúde dos profissionais da Santo Antônio Energia. Nesse sentido, com base nos pilares da Companhia, foram desenvolvidas ações para fortalecer os elos entre as pessoas e a Cultura SERA (Sinergia, Eficiência, Resultados Sustentáveis e Inovação), a fim de garantir a qualidade de vida dos seus integrantes, conforto e proteção.

Os treinamentos virtuais foram importantes ferramentas de aproximação e aperfeiçoamento. Com a tecnologia on-line, os treinamentos mantiveram integrantes mais unidos, mesmo com o distanciamento social.



Demais ASSUNTOS

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foram apresentadas ao Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 10 de março de 2023 e que serão oportunamente submetidas à deliberação em AGOEE.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de

arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia interpretativa, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social, no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Santo Antônio Energia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do BNDES, do banco líder dos bancos repassadores de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total dos financiamentos e debêntures.

Constituída em 2008, a Companhia contabiliza prejuízos acumulados até o exercício concluído em 31 de dezembro de 2022. Por esta razão, assim como pelas restrições previstas nos contratos de financiamentos acima referidas, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com os termos do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

A fim de evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, a Santo Antônio Energia adota constantemente procedimentos, como consultar os referidos auditores para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

ESTRUTURA PARA O FUTURO

2022 foi um ano de comemoração dos 10 anos de operação bem sucedida, mas também de superação de obstáculos para o time SAE, que continua em 2023 e anos vindouros preparado para continuar enfrentando desafios, considerando os aspectos operacionais, financeiros, relacionais e os elementos relativos ao cenário ESG e de evolução tecnológica, numa visão estratégica que busca agregar valor à Companhia de forma permanente, responsável e sustentável.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	923.146	179.627
Contas a receber	5	474.234	417.219
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		25.539	10.818
Tributos compensáveis		4.949	5.437
Estoques		91.215	83.320
Depósitos em garantia	6	135.323	146.549
Despesas pagas antecipadamente	7	37.193	38.431
Adiantamentos a Fornecedores	8	74.297	5.122
Outros ativos	9	52.352	41.177
Total do ativo circulante		1.818.248	927.700
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		12.034	11.792
Tributos compensáveis		92	125
Depósitos em garantia	6	37.314	34.076
Despesas pagas antecipadamente	7	37.978	73.120
Dispêndios reembolsáveis		-	1.483.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.077.782	2.308.282
Outros ativos	9	7.974	2.797
Imobilizado	11	17.069.734	17.608.074
Intangível	12	1.110.637	1.145.167
Total do ativo não circulante		20.353.545	22.666.499
Total do Ativo		22.171.793	23.594.199

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	13	230.577	169.250
Obrigações estimadas com pessoal		23.131	21.950
Empréstimos e financiamentos	14.1	655.361	116.120
Debêntures	14.2	498.904	541.358
Impostos e contribuições	15	57.286	54.625
Adiantamentos de clientes	16	64.270	146.296
Encargos regulatórios e setoriais	17	69.254	69.292
Cauções em garantia	18	18.271	20.567
Concessões a pagar	19	27.963	26.234
Provisões socioambientais	20	158.794	211.874
Outras contas a pagar	21	8.135	5.110
Outras provisões	22	-	168.032
Total do passivo circulante		1.811.946	1.550.708
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14.1	13.546.024	12.827.607
Debêntures	14.2	5.341.159	5.205.414
Impostos e contribuições	15	57.076	78.591
Adiantamentos de clientes	16	129.484	193.053
Encargos regulatórios e setoriais	17	24.814	12.135
Cauções em garantia	18	2.757	769.897
Concessões a pagar	19	289.817	278.661
Obrigações vinculadas à concessão		5.848	5.899
Provisões socioambientais	20	174.245	292.384
Provisão para contingências	23	202.782	44.050
Outras contas a pagar	21	82.072	2.043
Outras provisões	22	-	492.017
Total do passivo não circulante		19.856.078	20.201.751
Total do Passivo		21.668.024	21.752.459
Patrimônio Líquido	24		
Capital social		11.246.908	9.664.356
Prejuízos acumulados		(10.743.139)	(7.822.616)
		503.769	1.841.740
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		22.171.793	23.594.199

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita Operacional Líquida	26	4.137.130	3.757.969
Receita líquida de venda de energia		4.137.130	3.757.969
Custos do Serviço de Energia Elétrica	27.1	(3.426.420)	(2.264.076)
Custo de energia elétrica		(2.163.416)	(1.146.484)
Custo de operação		(1.263.004)	(1.117.592)
Lucro Operacional Bruto		710.710	1.493.893
Despesas gerais e administrativas	27.2	(162.040)	(80.557)
Outras receitas		1.826	87
Resultado Operacional		550.496	1.413.423
Receitas financeiras	28	360.449	265.021
Despesas financeiras	28	(3.600.969)	(3.474.871)
Despesas Financeiras, Líquidas		(3.240.520)	(3.209.850)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.690.024)	(1.796.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(230.499)	1.802.940
Prejuízo/Lucro do Exercício		(2.920.523)	6.513
Prejuízo/Lucro básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)		-	0,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	2022	2021
Resultado do exercício	(2.920.523)	6.513
Resultado abrangente do exercício	(2.920.523)	6.513
Resultado abrangente do exercício atribuído aos acionistas da Controladora	(2.920.523)	6.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(2.690.024)	(1.796.427)
Ajustes:			
Juros e variações monetárias, líquidas	28	2.612.588	3.158.333
Depreciações e amortizações	11 e 12	848.654	842.409
Caixa de imobilizado	9	(16.352)	947
Direito de Concessão - GSF	12	(16.085)	(890.351)
Provisão contingências	23.1	67.616	(1.211)
Perda Arbitragem CCSA	27.1 e 28	1.409.298	-
Provisão Liminar - TUST	22	-	168.032
Atualização dos custos de captação de dívidas	14.1 e 14.2	2.789	3.216
		2.302.001	1.484.948
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	5	(57.015)	(59.880)
Estoques		(7.895)	(2.020)
Outros ativos	9	(16.352)	(1.078)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	(14.963)	(3.145)
Despesas pagas antecipadamente	7	36.380	17.776
Tributos compensáveis		521	143
Fornecedores - Outros	13	4.308	7.675
Adiantamentos a Fornecedores	8	(69.175)	39.358
Energia elétrica comprada para revenda	13	36.174	(18.156)
Encargo de uso da rede	13	20.845	(37.216)
Cauções em Garantia	18	137	
Obrigações estimadas com pessoal		1.511	366
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		3.620	
Impostos e contribuições sociais	15	(18.854)	64.027
Adiantamento de clientes	16	(145.595)	(138.047)
Encargos regulatórios e setoriais	17	12.641	6.361
Outras contas a pagar	21	(87.859)	4.389
Realizações socioambientais	20	(112.013)	(20.606)
Arbitragem CCSA CCI nº 21.511/ASM/JPA	1.6 (a)	(1.254.091)	-
		630.325	1.348.515
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Depósitos em garantia - Aplicações	6	(675.568)	(1.170.805)
Depósitos em garantia - Resgates	6	683.646	1.279.987
Adições ao imobilizado	11	(289.888)	(20.533)
Adições ao intangível	12	(3.350)	(2.043)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(285.250)	86.606
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de financiamentos - Principal	14.1 (c)	(51.827)	(51.342)
Pagamento de debêntures - Principal	14.2 (e)	(421.970)	(253.776)
Aumento de capital do acionista	24	1.582.552	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento		1.108.755	(305.118)
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquido		674.519	(92.897)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	179.827	262.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	854.346	169.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transações Não Caixa	31/12/2022
Imobilizado - reavaliação da provisão socioambiental	24.095
Intangível - reavaliação da provisão socioambiental	9.532
	33.627

Capital e liquidez: i. Conforme descrito na nota explicativa nº 24, a Companhia recebeu significante aporte do seu acionista para fazer face às demandas de pagamento da sentença arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA. A capitalização e consequente liquidação destas obrigações trouxeram uma situação de normalidade para continuidade de suas operações. ii. Contratação de "Hedge": a Companhia contratou hedge de câmbio em dólar para o ambiente dos Contratos Regulados (CCR) explicativa nº 3.2 (iv) e também celebrou contratos de compra de energia para proteção ("hedge") da exposição ao risco hidrológico, possibilitando maior estabilidade nos custos com energia elétrica; iii. Operações de Energia: quando necessário, a Companhia conta com a opção de (i) possível antecipação de recebíveis dos contratos de energia vigentes do mercado livre (ACEL), cuja antecipação está sujeita à anuência dos financiadores e (ii) realização de operações por meio da venda de energia comprada para "hedge" futuro com a antecipação desses recebíveis, que é uma transação já realizada pela Companhia em ocasiões anteriores; iv. A Companhia, através do seu Controlador Indireto (Elektrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas das Eletrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de reestruturação das dívidas de SAESA esteja concluído. **Obrigações relativas ao Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiência - ESA ("Equity Support Agreements"):** No Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 ("ESA de Insuficiência"), os acionistas FUERNAS, CEMIG GT, SAAG (garantida pela AGPar), FIP AMAZÔNIA (garantido por Novonor Energia do Brasil) e Novonor Energia do Brasil (garantida por CNO, OPI e Novonor S.A.) se obrigam, de acordo com suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA (Controladora), em caráter irrevogável e irretirável, a aportar os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias da Companhia, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização Extraordinária. Considerando que o ESA de Insuficiência é um título executivo extrajudicial e define como um dos Eventos de Capitalização Extraordinária o aporte de capital dos acionistas na MESA com recursos necessários para cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do Projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto, os credores poderão requerer o aporte de capital pelos Acionistas, podendo, ainda, em caso de descumprimento, requerer tutela específica da obrigação inadimplida. A Administração acompanha continuamente a situação financeira da Companhia e, mesmo sem históricos de inadimplências com credores, fornecedores e clientes, continua adotando medidas para fortalecer a sua posição de caixa, trazendo eficiência nos custos e conter as despesas operacionais. Desta forma, a Administração entende que com tais ações, será possível retornar o equilíbrio da estrutura de capital, liquidez e de geração de caixa da Companhia. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards"/IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board"/IASB. Adicionalmente foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

continua →



continuação

2.2. Base de preparação e mensuração: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração...

Revisão de Pronunciamento Técnico: Tabela com 3 colunas: Técnico, Normas revisadas, Aplicável a partir.

2.4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes: A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes as seguintes normas...

Revisão de Pronunciamento Técnico: Tabela com 3 colunas: Técnico, Normas revisadas, Aplicável a partir.

2.5. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): A legislação societária brasileira exige das companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras...

Ativo/Passivo financeiro: Tabela com 4 colunas: Ativo/Passivo financeiro, Classificação, Nível, Valor.

a) Ativo Financeiro - Redução ao valor recuperável ("impairment"): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável...

Instrumentos Financeiros: Fluxo de Pagamento. Tabela com 6 colunas: Até 1 ano, De 1 a 2 anos, De 2 a 5 anos, Mais de 5 anos, Total.

3.2. Gestão de riscos financeiros: A Companhia, em conformidade com a sua Instrução de Gestão Riscos Financeiros e com o Plano de Negócios, dispõe da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração...

(i) Não considera o custo de transação que não será impactado pelos índices. A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO...

(ii) Compreende custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento da Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Encargos regulamentares e setoriais (nota explicativa nº 17).

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: Tabela com 4 colunas: Descrição, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021.

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 DA SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021		Valor Depreciação líquido	Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Transfere- rência/ rência para Reclas- imobilizado em serviço	Transfe- rência para Reclas- imobilizado em serviço		
Imobilizado em serviço						
Terenos	366.115	-	-	5.576 (5.285)	(15.765)	350.641
Reservatórios, barragens e adutoras	6.714.077	-	-	(287.553)	-	6.426.524
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.635.007	1.903	-	(947)	(155.842)	3.480.121
Máquinas e equipamentos	7.558.595	-	-	(347.617)	-	7.210.978
Veículos	1.431	-	-	(520)	-	911
Móveis e utensílios	3.077	-	-	102	(328)	2.851
Total do imobilizado em serviço	18.278.302	1.903	-	5.678 (6.232)	(807.625)	17.472.206
Imobilizado em curso						
Terenos	4.752	-	3.304	(5.576)	-	2.480
Reservatórios, barragens e adutoras	60.395	731	290	-	-	61.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	48	-	-	-	48
Máquinas e equipamentos	13.289	10.458	13	-	-	23.760
Veículos	1.392	96	-	-	-	1.488
Móveis e utensílios	551	602	-	(102)	-	1.051
Material em depósito	19.333	4.018 (303)	-	-	-	23.048
Outros	23.384	2.677 (3.304)	-	-	-	22.757
Total do imobilizado em curso	123.906	18.630	-	(5.678)	-	136.408
Total do imobilizado	18.401.398	20.533	-	(6.232) (807.625)	-	17.608.074

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel que em 31 de dezembro de 2021 tem valor líquido de R\$2.213 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.

12. Intangível: A Composição do intangível é como segue:

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		Valor líquido	Valor líquido
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		
Intangível em Serviço						
Direito de concessão -						
Use do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(67.258)	132.081	137.406	137.406
Licença de Operação - GSF (i)	18,34%	141.262	(41.297)	99.965	113.047	113.047
Direito de Concessão - GSF (i)	3,88%	906.346	(43.277)	863.159	881.781	881.781
Serviço permanente	3,07%	10.226	(2.331)	7.895	8.214	8.214
Software	20,54%	30.812	(30.487)	325	818	818
Total do intangível em serviço		1.288.075	(184.650)	1.103.425	1.141.266	1.141.266
Intangível em Curso						
Software		7.212	-	7.212	3.901	3.901
Total do intangível em curso		7.212	-	7.212	3.901	3.901
Total do intangível		1.295.287	(184.650)	1.110.637	1.145.167	1.145.167

(i) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.1). As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022		Valor líquido	Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Transfere- rência/ rência para Reclas- imobilizado em serviço	Transfe- rência para Reclas- imobilizado em serviço		
Intangível em Serviço						
Direito de concessão -						
Use do Bem Público - UBP	137.406	-	-	-	(5.325)	132.081
Licença de Operação - GSF	113.047	-	-	9.532 ⁽ⁱⁱ⁾	(22.514)	99.965
Direito de Concessão - GSF	881.781	-	-	16.085	(34.707)	863.159
Serviço permanente	8.214	-	-	(319)	7.895	8.214
Software	818	-	-	39 (532)	325	818
Total do intangível em serviço	1.141.266	-	-	25.656 (63.497)	1.103.425	1.141.266
Intangível em Curso						
Licença de Operação - GSF	-	9.532 ⁽ⁱⁱ⁾	-	(9.532) ⁽ⁱⁱ⁾	-	-
Direito de Concessão - GSF	-	16.085	-	(16.085)	-	-
Software	-	3.901	-	3.212	(29)	7.212
Total do intangível em curso	-	3.901	-	29 (25.656)	-	7.212
Total do intangível	-	1.145.167	-	29 (63.497)	-	1.110.637

(a) Em dezembro de 2022, a Companhia revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 20) totalizando um aumento de R\$ 33.262, o qual foi registrado no Imobilizado (nota explicativa nº 11) na rubrica "Terenos" em R\$ 24.095 e no Intangível, na rubrica "Licença de Operação" em R\$ 9.532. As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021		Valor líquido	Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Transfere- rência/ rência para Reclas- imobilizado em serviço	Transfe- rência para Reclas- imobilizado em serviço		
Intangível em Serviço						
Direito de concessão -						
Use do Bem Público - UBP	137.406	-	-	-	(5.325)	132.081
Licença de Operação - GSF	113.047	-	-	9.532 ⁽ⁱⁱ⁾	(22.514)	99.965
Direito de Concessão - GSF	881.781	-	-	16.085	(34.707)	863.159
Serviço permanente	8.214	-	-	(319)	7.895	8.214
Software	818	-	-	39 (532)	325	818
Total do intangível em serviço	1.141.266	-	-	25.656 (63.497)	1.103.425	1.141.266
Intangível em Curso						
Licença de Operação - GSF	-	9.532 ⁽ⁱⁱ⁾	-	(9.532) ⁽ⁱⁱ⁾	-	-
Direito de Concessão - GSF	-	16.085	-	(16.085)	-	-
Software	-	3.901	-	3.212	(29)	7.212
Total do intangível em curso	-	3.901	-	29 (25.656)	-	7.212
Total do intangível	-	1.145.167	-	29 (63.497)	-	1.110.637

(a) Em dezembro de 2022, a Companhia revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 20) totalizando um aumento de R\$ 33.262, o qual foi registrado no Imobilizado (nota explicativa nº 11) na rubrica "Terenos" em R\$ 24.095 e no Intangível, na rubrica "Licença de Operação" em R\$ 9.532. As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021		Valor líquido	Valor líquido
	Valor líquido	Adições	Transfere- rência/ rência para Reclas- imobilizado em serviço	Transfe- rência para Reclas- imobilizado em serviço		
Intangível em Serviço						
Direito de concessão -						
Use do Bem Público - UBP	143.524	-	-	-	(6.118)	137.406
Licença de Operação - GSF	112.078	19.652	-	-	(18.683)	113.047
Direito de Concessão - GSF	881.781	-	-	890.351	(8.570)	881.781
Serviço permanente	8.214	-	-	-	(367)	8.214
Software	1.864	-	-	-	(1.046)	818
Total do intangível em serviço	266.047	19.652	-	890.351 (34.784)	1.141.266	1.141.266
Intangível em Curso						
Direito de Concessão - GSF	-	890.351	-	(890.351)	-	-
Software	-	1.858	-	2.043	-	3.901
Total do intangível em curso	-	1.858	-	(890.351)	-	3.901
Total do intangível	-	267.905	-	912.046	-	(34.784) 1.145.167

13. Fornecedores:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante:		
Encargos de uso da rede elétrica (i)	92.156	71.311
Materiais e serviços	35.982	30.133
Suprimento de energia elétrica (ii)	102.439	66.265
Fornecedores Estrangeiros	-	1.541
	230.577	169.250
(i) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio. (ii) Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Companhia, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Prática Contábil: A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE.		

14. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: 14.1 Empréstimos e financiamentos: Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda	Encargos Financeiros		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo circulante					
BNDES - Indireto	R\$	TLP (*) + 4,7% a.a.	305.108	300.605	300.605
BNDES - Direto	R\$	TLP (*) + 3,9% a.a.	300.504	40.608	40.608
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(601)	(601)	(601)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	50.350	46.048	46.048
			655.361	116.120	116.120
Passivo não circulante					
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP (*) + 4,7% a.a.	6.769.731	6.352.063	6.352.063
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP (*) + 3,9% a.a.	6.354.524	6.006.444	6.006.444
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(10.062)	(10.683)	(10.683)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	431.831	479.763	479.763
			13.546.024	12.827.607	12.827.607
			14.201.385	12.943.727	12.943.727

(*) TLP: IPCA + 2,98% a.a. (**) Bônus de Adimplência de 15%; Taxa real 8,5% a.a. A Companhia, através do seu Controlador Indireto (Elektrobras), iniciou um processo de renegociação de parte relevante da dívida junto às instituições financeiras credoras. Tal processo, além de ser salutar para a Companhia, visa uma equalização às orientações estratégicas da Elektrobras. A Companhia estima que, ainda dentro do primeiro semestre de 2023, tal plano de reestruturação das dívidas de SAESA esteja concluído. Movimentação de empréstimos e financiamentos: Em 31 de dezembro de 2022:

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831
Encargos financeiros provisionados	-	-	-	-	-	-	-
Encargos financeiros pagos	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de principal	-	-	-	-	-	-	-
Transferências (*)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências (b)	-	-	-	-	-	-	-
Custos de transação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de custo de transação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831

(*) Transferência para o circulante em atendimento ao "cash Sweep" (nota explicativa nº 14.1) (ii).

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	107.579	107.579	107.579	107.579	107.579	107.579	11.858.110
Encargos financeiros provisionados	-	-	-	-	-	-	-
Encargos financeiros pagos	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de principal	-	-	-	-	-	-	-
Transferências (*)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências (b)	-	-	-	-	-	-	-
Custos de transação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de custo de transação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	107.579	107.579	107.579	107.579	107.579	107.579	11.858.110

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Direto e Indireto. Vencimento das parcelas - não circulante (principal):

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831
	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831

Esta composição não considera o custo de transação. (b) Banco da Amazônia S.A. - FNO: As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com intervenção da Companhia e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1). Vencimento das parcelas - não circulante (principal):

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831
	52.624	57.970	63.845	70.322	77.382	109.688	431.831

Esta composição não considera o custo de transação. **Prática Contábil:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, sob, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Instrumentos financeiros que são, obrigatoriamente, resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(i) Condições: Em dezembro de 2018, a Companhia negociou (reperfilamento) sua dívida no montante de R\$ 9,7 bilhões com o BNDES e demais bancos repassadores (Santander, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Hantong), adequando o fluxo de pagamento de sua principal dívida à sua capacidade de geração de caixa. Essa renegociação teve como principais alterações: 1. Extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040. 2. Carência de principal até dezembro de 2024, passando a ser amortizado a partir de janeiro de 2025. 3. Alteração dos indexadores da dívida: BNDES Direto de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. BNDES Indireto (bancos repassadores) de TJLP + 3,3% a.a. para TLP + 4,7% a.a. 4. Pagamentos graduais dos juros correspondentes aos percentuais da dívida, conforme segue:

MP de taxação de apostas eletrônicas sai após viagem de Lula à China

A medida provisória que pretende taxar apostas eletrônicas deverá ser editada após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, disse na terça-feira (14) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele também anunciou que a taxação será via contribuição.

“Deve sair provavelmente depois da viagem à China. A gente deve publicar a medida provisória após a viagem”, disse Haddad ao retornar de reunião ministerial com o presidente Lula. A viagem do presidente para a China está prevista para ocorrer de 24 a 30 de março.

O ministro disse que a taxa-

ção será via contribuição, cujas receitas ficam integralmente com a União. Por tratar-se de uma contribuição nova, provavelmente de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), deverá obedecer à regra da novena, entrando em vigor 90 dias após a publicação da medida provisória.

Segundo Haddad, a alíquota ainda está sob análise, porque o governo está fazendo cálculos independentes do setor de jogos online. “Como não há série histórica, a gente não tem conhecimento histórico do setor. Nós

temos que afunilar informações que estão vindo do próprio setor, mas não podem ser exclusivas deles”, explicou o ministro.

Haddad se reúne com representantes de entidades e de sites de jogos online. Entre os participantes do encontro, estão a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), da Betano, Zap Bet, GaleraBet, Vaidebet e F12.

Em março, Haddad havia anunciado que pretende taxar as apostas eletrônicas para compensar as perdas de receita com a correção da tabela do Imposto de Renda (IR). O ministro também informou que seria necessário elaborar um proje-

to de lei ou medida provisória porque a regulação atual, de 2020, “não serve para os propósitos necessários”.

Uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a correção da tabela do IR deverá elevar o limite de isenção de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.640, o equivalente a dois salários mínimos, a partir de maio. Caso entre em prática daqui a dois meses, a medida fará o governo deixar de arrecadar R\$ 3,2 bilhões neste ano, segundo a Receita Federal. Para 2024, o impacto seria equivalente a R\$ 6 bilhões. (Agência Brasil)

Após ataques no Rio Grande do Norte algumas pessoas foram presas

Ataques incendiários contra prédios públicos e veículos de prefeituras vêm sendo registrados em série desde segunda-feira (13) no Rio Grande do Norte. Segundo o governo do estado, foram registrados também disparos em algumas localidades. Pelo menos 18 suspeitos de envolvimento com os ataques foram presos.

Para preservar o trabalho de inteligência e investigação, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social não informa “locais, quantidade ou tipos de ocorrências criminosas” dos atentados.

Diante da situação, diligências investigativas foram re-

forçadas e ações ostensivas, ampliadas em pontos estratégicos do estado. “Providências judiciais também foram solicitadas pelas forças de segurança pública aos órgãos competentes”, informou o governo potiguar.

“Entre a madrugada e a manhã de terça-feira, nove pessoas foram presas; e armas, drogas, dinheiro, motocicletas e artefatos explosivos foram apreendidos. Em uma ocorrência, registrada na zona oeste de Natal, houve um confronto entre forças policiais e criminosos, ocasião em que um homem foi ferido, mas não resistiu”, informou, em nota, a assessoria governamental. (Agência Brasil)

Governo terá novo programa de oferta de médicos em regiões distantes

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse na terça-feira (14) que, em breve, o governo lançará um novo programa de oferta de médicos em regiões mais distantes dos centros urbanos, nos moldes do Programa Mais Médicos, criado em 2013 na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

O nome do programa ainda não foi definido, mas, por enquanto, está sendo chamado de Mais Saúde para os Brasileiros. Segundo Costa, ele será ampliado para incluir a formação de especialistas na atenção básica e terá incentivos para que médicos recém-formados atuem nas regiões mais carentes de profissionais.

“Vamos elevar a oferta de serviço não apenas de forma quantitativa, mas qualitativa, capacitando ainda mais a assistência básica em nosso país, além de ofertar esses médicos, voltando ao patamar que nós tínhamos de garantia de todas as cidades, regiões, distritos, locali-

dades distantes terem a possibilidade de ter médicos para assistir à população”, explicou o ministro em entrevista à imprensa, no Palácio do Planalto, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Rui Costa, ainda não há previsão para incluir médicos estrangeiros no programa, como foi com o Mais Médicos. Na ocasião, o governo federal fez um acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para trazer profissionais cubanos para ocupar vagas não preenchidas por brasileiros ou outros estrangeiros com diplomas validados no Brasil.

“A prioridade será para brasileiros”, disse o ministro, explicando que médicos brasileiros que se formaram no exterior terão a possibilidade de validar seus diplomas. “O programa de revalidação volta para possibilitar que essas pessoas possam trabalhar, ter sua formação validada e possam a trabalhar ajudando a alcan-

çar essa assistência em saúde”, disse Rui Costa.

Já na semana que vem, o Ministério da Saúde deve retomar o credenciamento de serviços de saúde que estão sem financiamento do governo federal.

“Temos muitos serviços criados pelos municípios, unidades de saúde, unidades odontológicas, que o ministério deixou de cadastrar há anos e, portanto, esses serviços ou estão sendo realizados sem a participação dos recursos federais, como prevê a lei, ou simplesmente o posto de saúde ficou pronto, equipado, mas está sem funcionar porque não tem o financiamento federal”, explicou Rui Costa.

Na terça-feira (14), Lula comandou a segunda reunião ampliada com ministros, dessa vez da área social, como Saúde, Mulheres e Previdência Social. Na abertura do encontro, ele pediu unidade dos ministros nos anúncios de pro-

jetos e políticas públicas.

Ainda nesta semana, o presidente deve reunir os ministros da área produtiva, como Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Indústria e Comércio. Na semana passada, o presidente fez encontro com os ministros da área de infraestrutura para, entre outros temas, discutir o novo plano de investimentos do governo federal, em substituição ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O objetivo dessas reuniões é que cada pasta apresente um balanço e a projeção do que será anunciado no marco de 100 dias de governo, além dos planos para 2023 e os próximos anos.

Na área da educação, por exemplo, Rui Costa também informou que, em breve, serão anunciados os programas de expansão da escola em tempo integral e de alfabetização na idade certa. Este último deve alcançar 100% dos municípios brasileiros. (Agência Brasil)

Reforma tributária elevará arrecadação de municípios, diz Alckmin

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que os municípios não serão prejudicados com a reforma tributária que o governo tentará aprovar no Congresso Nacional. Segundo ele, a medida vai simplificar, reduzir custos e aumentar a eficiência, o que deve gerar aumento na arrecadação das cidades.

“A reforma tributária não é para tirar dinheiro de ninguém, mas é para buscar simplificação, redução de custos e eficiência

econômica. Pode ter certeza que a arrecadação vai crescer para os municípios”, afirmou Alckmin.

A reforma tributária vai ser discutida a partir de um grupo de trabalho criado no Congresso Nacional com base em duas propostas que já tramitam na Câmara dos Deputados (PEC 45/19) e no Senado Federal (PEC 110/19). O relator é o deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB). O governo não vai encaminhar proposta própria, mas aproveitar o teor desses projetos em andamento e intensificar a articulação parlamentar para aprová-los.

A declaração de Alckmin foi dada na noite da segunda-feira (13), durante participação do vice-presidente na 84ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), em Brasília. A entidade reúne gestores de todas as capitais e municípios com mais de 80 mil habitantes. “O governo local é o governo que enxerga os problemas da população”, destacou o vice-presidente, em discurso aos gestores municipais.

Alckmin lembrou os investimentos previstos para esse ano, ampliados com a aprovação da Proposta de Emenda Constitu-

cional (PEC) da Transição, no fim de 2022, que autorizou investimentos públicos além da regra do teto de gastos, que limita o crescimento à inflação do ano anterior.

“O maior extra-teto, a maior suplementação foi para a saúde com R\$ 22 bilhões a mais para aqueles que fazem o SUS (Sistema Único de Saúde) realidade, que são os estados e municípios”. Alckmin também citou o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem recursos previstos de R\$ 10,4 bilhões em 2023. (Agência Brasil)

Operação contra pirataria bloqueia cerca de 270 sites e aplicativos

A quinta fase da Operação 404, deflagrada na terça-feira (14), sob coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, prendeu ao menos 11 pessoas em quatro estados, sendo quatro prisões em São Paulo; duas no Paraná; quatro em Minas Gerais; e uma na Bahia.

A nova fase da operação combate crimes de pirataria digital em sites e aplicativos de streaming ilegal, músicas e jogos para promover maior segurança à propriedade intelectual no Brasil.

Nesta nova fase, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) integrou as ações das polícias civis de oito estados, no combate à pirataria online: Pernambuco, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro. Também houve a colaboração internacional do Peru, por meio do Instituto Nacional de Defesa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual (Indecopi), e do Reino Unido, com a Metropolitan Police Service de Londres, Intellectual Property Office (IPO) e Police Intellectual Property Crime Unit (PIPCU).

Além das prisões em flagrante, a quinta fase da Operação 404 bloqueou, nos três países, 199 sites e 63 aplicativos ilegais de streaming que veiculam conteúdo audiovisual de séries, jogos e músi-

cas; e seis canais de aplicativos de mensageria (como WhatsApp e Telegram) também foram bloqueados por distribuir músicas ilegais. Somente no Peru, foram derrubados 73 sites e aplicativos ilegais, e no Reino Unido, 25 sites de pirataria.

A operação ainda fez a desindexação de conteúdo em mecanismos de busca na internet e remoção de perfis e páginas em redes sociais.

Ao todo, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão de computadores, equipamentos, HDs associados aos crimes e anotações.

Ao apresentar os detalhes da Operação 404, o secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Tadeu Alencar, estimou que a pirataria resulte em um prejuízo à ordem econômica de cerca de “R\$ 15 bilhões por ano, no Brasil. E aproximadamente R\$ 2 bilhões por ano, em tributos deixam de ser arrecadados”.

Apesar do alvo da Operação 404 ser os criminosos que compartilham ilegalmente os conteúdos piratas, o coordenador do Laboratório de Operações Cibernéticas da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, delegado Alesandro Barreto, faz um alerta aos consumidores que adqui-

rem produtos piratas. “Pirataria é crime, com penas previstas na lei. Não utilize”.

O delegado Alesandro, do Ciberlab/MJSP, estima que “entre 30 milhões e 40 milhões de pessoas no Brasil consomem algum tipo de pirataria”.

O delegado Alesandro também citou outras práticas criminosas que vão além da violação da propriedade intelectual dos produtores de conteúdo, como a lavagem de dinheiro e a espionagem de dados pessoais dos usuários.

Nas fases anteriores da operação, o delegado Alesandro constatou a vulnerabilidade na segurança de plataformas online de conteúdos piratas e de aparelhos para TV (apelidados de caixinhas), usados para acessar canais pagos e de streaming. “Você vai baixar um aplicativo, vai comprar uma caixinha, achando que você vai colocando isso de vantagem na sua casa. Na realidade, vão capturar seus dados. Termina que você dá acesso a seus dados, sua rede de contatos, sua localização. Tenha cuidado com conteúdo pirata. Com certeza, isso vai lhe trazer prejuízos”, alertou Alesandro.

No Brasil, o crime de violação de direito autoral é passível de reclusão e multa. Os investigados podem ser iniciados ainda por associação criminosos e lava-

gem de capitais.

Iniciada em 2019, a Operação 404 é uma ação contínua do MJSP e foi batizada assim em referência ao código de erro de resposta na web, do chamado protocolo de transferência HTTP (sigla de Hypertext Transfer Protocol Secure), que são as primeiras letras digitadas em um navegador para acessar um site.

Assim, quando o usuário produtor um endereço eletrônico e for publicado o número 404 na internet, a mensagem vai indicar que o site não foi encontrado ou está indisponível.

De acordo com o MJSP, uma das principais ações da operação é tornar indisponíveis os serviços criminosos online que violam os direitos autorais das vítimas.

Como saldo geral, nas cinco fases da Operação 404, 1.974 sites foram bloqueados, 783 aplicativos ficaram indisponíveis, 128 mandados de busca foram cumpridos, em 20 estados brasileiros e nos Estados Unidos, Peru e Reino Unido.

No Brasil, as autoridades da Operação 404 contam com a cooperação da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), entre outras associações de proteção da propriedade intelectual. (Agência Brasil)

Câmara do DF pede para remarcar depoimento de Torres em CPI

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) pediu na terça-feira (14) ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes a remarcação da data do depoimento do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos.

Em petição enviada ao ministro, a procuradoria da Casa pediu que a oitiva, prevista para quinta-feira (16), seja remarcada para 23 de março. No mesmo dia, Torres deve prestar depoimento sobre o caso da minuta de golpe no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Até o momento, a defesa do ex-secretário não confirmou se ele vai comparecer ao depoimento. A CPI informou ao Supremo que pretende realizar o depoimento de forma secreta para “mitigar a exposição do depoente”.

Na semana passada, Moraes autorizou o depoimento, mas entendeu que a presença é facultativa. Pela decisão, Anderson

Torres deverá ter assegurado pelos parlamentares direito ao silêncio se preferir não responder aos questionamentos dos deputados distritais.

Contudo, pelo fato de Torres estar preso, a presença dele no depoimento não é obrigatória. Moraes explicou na decisão que o STF proibiu, recentemente, a condução coercitiva para interrogatórios.

Torres é investigado por suposta omissão na contenção dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Ele foi preso em 14 de janeiro, logo na chegada ao Brasil.

Ele se encontrava nos Estados Unidos, aonde disse ter ido de férias uma semana depois de ter assumido o cargo de secretário de Segurança Pública do DF. A saída dele do país ocorreu dias antes dos atos golpistas, quando vândalos invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Na quinta-feira (16), a CPI pretende ouvir o coronel da Polícia Militar Jorge Eduardo Naim, que participou da operação da corporação no dia 8 de janeiro. (Agência Brasil)

Governo de SP discute novo sistema de alerta de risco com operadoras de celular

O governador Tarcísio de Freitas se reuniu na segunda-feira (13) com executivos de operadoras de telefonia móvel para discutir opções tecnológicas para melhorar o sistema de alertas à população em áreas de risco em casos de possíveis desastres naturais.

O secretário-chefe da Casa Militar e coordenador da Defesa Civil do Estado, coronel Henguel Ricardo Pereira, e representantes do órgão também estiveram presentes ao encontro.

Atualmente, o sistema de alertas é feito por meio de mensagens SMS, mediante cadastro do usuário – há cerca de 2,6 milhões de usuários cadastrados no Estado de São Paulo. A ideia, segundo o governador de São Paulo, é montar um sistema de alertas mais moderno, chamado cell broadcast, que tem o diferencial de enviar os alertas para Estações Rádio Base (ERB), que direcionam a mensagem automaticamente para todos os aparelhos celulares que estejam em seu raio de cobertura. O método já é utilizado nos Estados Unidos, no Japão e em países da Europa.

“O dono do celular pode estar jogando, assistindo filme, fazendo o que for, a mensagem vai aparecer e chamar a atenção da pessoa. Ao sair da área onde as torres estão recebendo e distribuindo os alertas da Defesa Civil, aquele celular deixa de receber os alertas”, explicou Tarcísio de Freitas. O alerta aparecerá na tela e o usuário precisa confirmar que visualizou a mensagem.

O sistema já está em processo de construção do projeto-piloto no País. O governador paulista, porém, solicitou às telefônicas a incluir, prioritariamente, 39 cidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e ou-

tras nove do Litoral Paulista. São áreas consideradas de risco para deslizamentos de terra e com população estimada em 1,5 milhão de habitantes.

“É um alento saber que essa questão estará equacionada para o próximo verão. Tenho de pensar no futuro e ter um sistema eficiente de alerta de defesa civil eficiente. Temos de fazer diferente do que sempre foi feito. Celular é algo que pessoas de qualquer extrato social têm e temos de usar isso para fazermos comunicação de possíveis tragédias”, reforçou.

Foi definida a criação de um grupo de trabalho composto por membros do Governo de São Paulo e das empresas de telefonia. O objetivo é discutir os custos e a implantação da tecnologia necessária para o início do sistema. O grupo terá 120 dias para apresentar o relatório final.

“Demos um importante passo hoje. Precisamos melhorar o sistema de alertas de desastre no estado de SP e a criação deste grupo de trabalho vai permitir adotarmos um sistema já consolidado em vários países desenvolvidos”, destacou o governador.

Tarcísio de Freitas lembrou que também será necessário investir na capacitação da população para saberem como atuar quando um alerta for emitido. Segundo ele, é preciso treinar todos, incluir a cultura de Defesa Civil nas escolas e melhorar a acurácia dos radares meteorológicos no Estado para manter a credibilidade desses alertas.

“Incluir nas escolas a disciplina Defesa Civil é uma medida essencial, pois criança que mora em área de risco, estuda em área de risco. Isso será um diferencial para termos uma atuação efetiva e que proteja vidas”.



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

específico de financiar a construção da UHE Santo Antônio, são apresentados como capitalizados, da mesma maneira que são tratados os encargos financeiros do projeto, obtidos na própria Controlada. Para que o patrimônio líquido dos balanços patrimoniais da MESA, consolidado e individual, seja igual, os ajustes das demonstrações consolidadas foram transpostos para as demonstrações individuais da MESA na rubrica de investimentos. A amortização dos encargos financeiros capitalizados segue todos os critérios de depreciação do ativo imobilizado da Controlada. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos encargos a ser amortizado totaliza R\$ 595.593.

12. Imobilizado: A Composição do imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Terenos	2,76%	445.927	(84.780)	361.147
Reservatórios, barragens e adutoras	3,24%	8.980.584	(2.476.105)	6.504.480
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)				
Máquinas e equipamentos	3,32%	4.768.759	(1.304.229)	3.464.530
Veículos	4,17%	10.085.665	(2.916.378)	7.169.289
Móveis e utensílios	14,29%	5.554	(3.925)	1.629
Outros	7,62%	6.062	(2.751)	3.312
Total do imobilizado em serviço		24.292.551	(6.788.165)	17.504.386
Imobilizado em curso				
Terenos		5.913	-	5.913
Reservatórios, barragens e adutoras		21.934	-	21.934
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.967	-	2.967
Máquinas e equipamentos		54.273	-	54.273
Veículos		1.485	-	1.485
Móveis e utensílios		511	-	511
Material em depósito		53.061	-	53.061
Outros		20.797	-	20.797
Total do imobilizado em curso		160.941	-	160.941
Total do imobilizado		24.453.492	(6.788.165)	17.665.327

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel da Controlada que em 31 de dezembro de 2022 tem valor líquido de R\$ 1.696 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis. Prática Contábil: Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de

empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo. A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se iniciou quando a primeira unidade geradora entrou em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. A depreciação dos bens que fazem parte do projeto da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses bens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Aplicável às notas explicativas nº 12 "Imobilizado" e nº 13 "Intangível". Os ativos não financeiros que estão sujeitos a depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de "impairment", a Companhia e sua controlada calculam a soma dos fluxos de caixa operacionais estimados futuros, descontados pela taxa de desconto média do custo de capital de terceiros e própria, e a partir deste valor, compara com o valor contábil do ativo. A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão, considerando a extensão da concessão em 04 anos e 05 meses (nota explicativa nº 1.1); (b) balanço energético com efeitos do GSF; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, com hedge estrutural nos períodos de 2024 a 2039, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste. A taxa de desconto utilizada para calcular o valor presente do fluxo de caixa operacional foi o custo médio ponderado de capital próprio e de terceiros da Controlada na data-base de realização do teste. O cálculo do WACC toma por base o custo do capital de terceiros (inclusive o impacto do benefício fiscal da dedutibilidade dessa despesa financeira) e o custo do capital próprio, este último calculado com base na metodologia "Capital Asset Pricing Model (CAPM)", conforme premissas do acionista controlador, Furnas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base nos testes realizados, não foram identificados indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo. As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022		
	Valor Líquido	Adições	Reclassificação/ Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor Líquido
Imobilizado em serviço						
Terenos	350.641	-	-	24.095 (b)	(13.589)	361.147
Reservatórios, barragens e adutoras	6.504.480	-	-	243.909 (a)	(319.501) (a)	6.504.479
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.464.530	-	-	221 (94)	(139.980)	3.464.529
Máquinas e equipamentos	7.169.289	(1.392)	-	10.241 (448)	(335.230)	7.169.291
Veículos	911	-	-	46 (262)	(458)	1.629
Móveis e utensílios	2.851	-	-	865	-	3.312
Outros	3.312	-	-	-	-	3.312
Total do imobilizado em serviço	18.091.624	-	-	279.377	(809.162)	17.504.387
Imobilizado em curso						
Terenos	5.913	24.209 (b)	3.318	(24.095) (b)	-	5.912
Reservatórios, barragens e adutoras	21.934	61.416 (a)	(30.350)	(243.909) (a)	(9.713)	21.934
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.967	48	-	(137)	-	2.967
Máquinas e equipamentos	54.273	23.760	(29)	(8.767)	-	54.273
Veículos	1.485	1.416	-	(1.419)	-	1.485
Móveis e utensílios	511	1.051	-	(1.050)	-	511
Material em depósito	53.061	23.048	29.911	-	-	53.061
Outros	20.797	22.756	(2.879)	-	-	20.797
Total do imobilizado em curso	136.047	314.012	(29)	(279.377)	(9.713)	160.940
Total do imobilizado	18.227.671	314.012	(29)	(67.165)	(809.162)	17.665.327

O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel da Controlada, que em 31 de dezembro de 2022 tem valor líquido de R\$ 1.696 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis. (a) Em dezembro de 2022, a Controlada registrou o montante de R\$ 183.530 líquido de depreciação (R\$ 243.909 custos e - R\$ 60.379 depreciação) referente à conclusão do Procedimento Arbitral CCI nº 21.511/ASM/JPA, tendo em vista que se trata de custos capitalizáveis nos termos das normas contábeis aplicáveis. Referidos custos incrementais incorreram durante a construção da UHE e, correspondendo, principalmente, a aumentos de salários do pessoal atuante na construção, assim como da manutenção de equipe mínima para a execução de serviços imprescindíveis à construção da UHE. Com isso, é possível afirmar que tais dispêndios estão intrinsecamente relacionados à formação do ativo e, por isso, foram incorporados ao imobilizado, atendendo à representação fidedigna do evento econômico. (b) Em dezembro de 2022, a Controlada revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 21) totalizando um aumento de R\$ 33.626, o qual foi registrado nas rubricas "Terenos em R\$ 24.095 e no Intangível (nota explicativa nº 13), na rubrica "Licença de Operação" em R\$ 9.531. As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022		
	Valor Líquido	Adições	Reclassificação/ Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	Valor Líquido
Imobilizado em serviço						
Terenos	366.115	-	-	5.576 (5.285)	(15.766)	350.640
Reservatórios, barragens e adutoras	6.933.357	-	-	-	(296.628)	6.636.729
Edificações, obras civis e benfeitorias (i)	3.764.573	1.903	-	(947)	(161.157)	3.604.372
Máquinas e equipamentos	7.856.936	-	-	-	(360.815)	7.496.121
Veículos	1.431	-	-	-	(520)	911
Móveis e utensílios	3.076	-	-	102	(327)	2.851
Outros	3.312	-	-	-	-	3.312
Total do imobilizado em serviço	18.925.488	1.903	-	5.678	(6.232)	18.091.624
Imobilizado em curso						
Terenos	4.752	-	3.304	(5.576)	-	2.480
Reservatórios, barragens e adutoras	60.395	731	290	-	-	61.416
Edificações, obras civis e benfeitorias	48	-	-	-	-	48
Máquinas e equipamentos	13.289	10.458	13	-	-	23.760
Veículos	1.392	96	-	-	-	1.488
Móveis e utensílios	551	602	-	(102)	-	1.051
Material em depósito	19.333	4.018	(303)	-	-	23.048
Outros	23.383	2.677	(3.304)	-	-	22.756
Total do imobilizado em curso	123.095	18.630	(5.678)	(6.232)	(835.213)	136.047
Total do imobilizado	19.048.583	20.533	(6.232)	(835.213)	(18.227.671)	17.665.327

(i) O ativo de direito de uso referente ao contrato de aluguel da Controlada, que em 31 de dezembro de 2021 tem valor líquido de R\$ 2.213 está classificado nesta rubrica de acordo com as normas aplicáveis.

13. Intangível - Consolidado: A Composição do intangível é como segue:

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em Serviço				
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(67.258)	132.081
Licença de Operação	18,34%	141.262	(41.297)	99.965
Direito de Concessão - GSF (i)	3,88%	906.436	(43.277)	863.159
Serviço permanente	3,07%	10.226	(2.331)	7.895
Software	20,54%	20.812	(3.827)	16.985
Total do intangível em serviço		1.288.075	(184.650)	1.103.425
Intangível em Curso				
Software		7.212	-	7.212
Total do intangível em curso		7.212	-	7.212
Total do intangível		1.295.287	(184.650)	1.110.637

(i) Extensão do Prazo da Concessão (nota explicativa nº 1.1). As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022		
	Valor Líquido	Adições	Transferência/Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	Valor Líquido
Intangível em Serviço						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	137.406	-	-	-	(5.325)	132.081
Licença de Operação	113.047	-	-	9.532 (a)	(22.614)	99.965
Direito de concessão - GSF	881.781	-	-	16.085	(34.707)	863.159
Serviço permanente	8.214	-	-	-	(319)	7.895
Software	818	-	-	39	(532)	325
Total do intangível em serviço	1.141.266	-	-	25.656	(63.497)	1.103.425
Intangível em Curso						
Licença de Operação	-	9.532 (a)	-	(9.532) (a)	-	-
Direito de Concessão - GSF	-	16.085	-	(16.085)	-	-
Software	-	3.901	3.321	29	(39)	7.212
Total do intangível em curso	-	29.938	29	(25.656)	-	7.212
Total do intangível	-	1.145.167	29	(63.497)	-	1.110.637

(a) Em dezembro de 2022, a Controlada revisou as provisões socioambientais (nota explicativa nº 21) totalizando um aumento de R\$ 33.626, o qual foi registrado no Imobilizado (nota explicativa nº 12) na rubrica "Terenos em R\$ 24.095 e no Intangível, na rubrica "Licença de Operação" em R\$ 9.532. As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021		
	Valor Líquido	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Amortização	Valor Líquido	
Intangível em Serviço						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	143.524	-	-	(6.118)	137.406	
Licença de Operação	112.078	19.652	-	(18.683)	113.047	
Direito de concessão - GSF	-	-	890.351	(8.570)	881.781	
Serviço permanente	8.581	-	-	(367)	8.214	
Software	1.864	-	-	(1.046)	818	
Total do intangível em serviço	266.047	19.652	890.351	(34.784)	1.141.266	
Intangível em Curso						
Direito de Concessão - GSF	-	890.351	(890.351)	-	-	
Software	-	1.858	2.043	-	3.901	
Total do intangível em curso	-	1.858	(890.351)	-	3.901	
Total do intangível	-	267.905	912.046	(34.784)	1.145.167	

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante				
Encargos de uso da rede elétrica (i)	-	-	92.156	71.311
Materiais e serviços	-	-	35.982	30.133
Suprimento de energia elétrica (ii)	-	-	102.439	66.265
Fornecedores Estrangeiros	-	-	-	1.541
Total	-	-	230.577	169.250

(i) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema - ONS e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio. (ii) Compras de material em atendimento à estratégia comercial da Controlada, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (GSF). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Prática Contábil: A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE. 15. **Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado:** 15.1. **Empréstimos e financiamentos - Consolidado:** Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
			de 2022	de 2021	de 2022	de 2021
Passivo circulante						
BNDES - Indireto	R\$	TLP + 4,7% a.a.	305.108	-	30.065	-
BNDES - Direto	R\$	TLP + 3,9% a.a.	300.504	-	40.608	-
Custos de transação a amortizar - BNDES	R\$	-	(601)	-	(601)	-
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	50.350	-	46.048	-
Total			655.361	-	116.120	-
Passivo não circulante						
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP + 4,7% a.a.	6.769.731	-	6.352.063	-
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP + 3,9% a.a.	6.354.524	-	6.006.444	-
Custos de transação a amortizar - BNDES (a)	R\$	-	(10.062)	-	(10.663)	-
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (**)	431.831	-	479.763	-
Total			13.546.024	-	12.827.607	-

(*) TLP: IPC



* continuação

MADERA ENERGIA S.A. - MESA E SUA CONTROLADA			
DIRETORIA		PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL	
Daniel Faria Costa Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores		Dimas Mantinguer Diretor de Operações	
		Daiana Santos de Oliveira Contadora - CRC: 1SP255699/O-6	
O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião iniciada em 10 de março e finalizada em 13 de março de 2023, com participação por videoconferência, pelo aplicativo da Microsoft Teams®, após análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e respectivo parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, por unanimidade, opinou favoravelmente para o encaminhamento e aprovação destes documentos pela Assembleia Geral de Acionistas.			
Conselheiros Fiscais:		Conselheiros Fiscais:	
Pedro Hugo Teixeira de Oliveira Júnior		São Paulo, 13 de março de 2023. Fernando Passalio de Avelar	
		Fábio Baccheretti Vitor	
		Marcelo Sampaio da Cunha Filho (voto por escrito)	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Madeira Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Madeira Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Madeira Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Madeira Energia S.A. e da Madeira Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com

data de 4 de fevereiro de 2022, sem ressalvas e com a ênfase sobre o seguinte tema: Investigações legais e riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo



Edição: Prazo 20 dias. Proc. nº 1016623-21.2020.8.26.0100
 O Dr. Rogério de Camargo Amada, Juiz de Direito da 26ª Vara Civil - Foro Central Cível/SP, faz saber a Juscelina Costa de Carvalho CPF 360.614.498-95, que Paulo Roberto de Souza ajizou ação comum, objetivando seja julgada procedente, compelindo a ré a restituir o valor de R\$ 62.000,00, pago pelo autor para aquisição de veículo, condenando a ré ao pagamento de dano emergente em 50% sobre o valor R\$ 41.000,00 e dano moral em 50% sobre o valor R\$ 41.000,00, atualizados e acrescidos das custas processuais e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar incerto, expedie-se edital de citação, para em 15 dias, a partir do prazo supra, contestar a ação, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado no site da NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de fevereiro de 2023. [14.19]

Edital para conhecimento de terceiros - Prazo 30 dias
 Processo nº 1061559-66.2022.8.26.0002. A Dra. Claudia Marina Maimone Spagnuolo, Juíza de Direito da 11ª Vara de Família e Sucessões - Foro Regional II Santo Amaro/SP FAZ SABER que nos autos de Alteração do Regime de Bens do Casamento, CHANG FUNG YI e ELICIO TOYODA, objetivam alterar o regime de bens do casamento passando da atual comunhão parcial de bens para separação total de bens, nos termos do art. 734 - § 1º do CPC. Nestas condições, expedie-se edital com o prazo de 30 dias, para que terceiros interessados se manifestem nos autos, sob pena de serem aceitos os fatos. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. [14.19]

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - PRAZO 30 DIAS. Proc. 1050005-37.2022.8.26.0002. A Dra. Tania Zveibil Zekzer, Juíza de Direito da 9ª Vara da Família e das Sucessões de Santo Amaro/SP, FAZ SABER que nos autos de Alteração do Regime de Bens do Casamento, Andrea Valeri e Melissa Ferronato, objetivam alterar o regime de bens do casamento passando da atual separação de bens no casamento, para o regime de comunhão parcial de bens, nos termos do art. 734, § 1º do CPC. Nestas condições, expedie-se edital com o prazo de 30 dias, para que terceiros interessados se manifestem nos autos, sob pena de serem aceitos os fatos. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. [14.19]

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS-PROCESSO Nº 0013624-50.2022.8.26.0001 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional - Santana/Estado de São Paulo (Dr(a). ADELVANI CARLOS MOREIRA DA SILVA VIEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER (aio) REFRIGERAÇÃO POLAR LTDA, REP POR CHRISTIANE CABRAL SENNA, CNPJ 31.535.612/0001-08, que Tobys S/A requer o cumprimento da sentença, para receber o quantum de R\$ 1.339.516,16 (egressos/2022). Expedie-se a execução em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluir a partir do presente edital, pague o quantum supra devidamente atualizado, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários de sucumbência de 20% (vinte por cento) do valor do débito (Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, iniciará-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de Março de 2023. [14.19]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1048005-95.2021.8.26.0100 MM. Juíza de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. RENATA BARRROS SOUTO MAIOR BIAJÓ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Harelito Rodrigues Ferroni, CPF 392.221.188-34, que Condomínio Edifício Maria Isabel ajizou ação de execução, para cobrança de R\$ 16.646,34 (milho/21), referente a débitos do apto. 92 e box 14, do condomínio autor. Estando o executado em lugar ignorado, expedie-se edital, para que em 3 dias, a partir do prazo supra, pague o débito atualizado, com o honorário de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para processamento de lances bens quanto bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. [14.19]

Após denúncias, Rui Costa pretende reformular toda a diretoria da Abin

Após virem à tona denúncias de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) fazia o monitoramento da localização de pessoas, de forma ilegal, durante os três primeiros anos do governo Bolsonaro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que cabe ao atual governo providenciar as devidas investigações.

"Se algo foi feito no passado, no outro governo, que não tem conformidade com a lei, isso será levado a quem seja responsável; à CGU, Controladoria-Geral da União, aos órgãos de justiça, para que as

providências cabíveis, a responsabilização devida, seja feita a quem praticou esses atos no passado", disse o ministro, evitando comentar as práticas do governo anterior.

A declaração foi dada na terça-feira (14), depois que ele participou do encontro ministerial com o presidente Lula, no Palácio do Planalto. Costa também adiantou que toda a diretoria da Abin vai ser reformulada assim que o novo presidente for aprovado pelo Senado.

"O nome para a Abin já foi indicado ao Senado, ainda não foi aprovado. E nós, assim que

tivermos a nova direção da Abin, vamos reformulá-la. E posso dizer que sob nova direção, toda lei será respeitada no trabalho da Abin".

Para o comando da Abin, o atual governo indicou Luiz Fernando Corrêa, que foi diretor da Polícia Federal durante o segundo mandato do Presidente Lula. Para assumir a direção da agência, Corrêa precisa passar por uma sabatina e uma aprovação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ele também deve ser aprovado no plenário da Casa.

Durante o período em que as

irregularidades teriam ocorrido, entre 2019 e 2021, a Abin era vinculada ao GSI, Gabinete de Segurança Institucional, comandado pelo então ministro, General Augusto Heleno. No início desse mês, a agência passou a ser vinculada à Casa Civil.

Após as denúncias, a Abin confirmou, em nota, que o programa de monitoramento foi contratado entre dezembro de 2018 e maio de 2021. Também declarou que o órgão está em processo de aperfeiçoamento, de acordo com o interesse público e o Estado Democrático de Direito. (Agência Brasil)

Estudo da Uerj alerta sobre crise migratória em Roraima

Pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) alertaram para a persistente crise migratória na fronteira de Roraima com a Venezuela e apontam ações emergenciais que devem ser implementadas pelo poder público e pela sociedade civil.

O relatório Fronteira em Crise: uma Avaliação da Situação Migratória em Roraima, produzido pelo Núcleo de Estudos de Pesquisa em Direito Internacional da Uerj (Nepedi-Uerj) em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), foi encaminhado aos ministérios da Justiça e Segurança Pública e dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Segundo o coordenador do Nepedi, Raphael Carvalho de Vasconcelos, o estudo, realizado entre 29 de janeiro e 4 de fevereiro deste ano, é um alerta sobre a emergência humanitária ocasionada pelo fluxo migratório permanente na fronteira.

"Os apontamentos têm por finalidade alertar as autoridades brasileiras e a sociedade civil de maneira geral para as necessidades que decorrem da resiliência do fluxo de deslocados naquela região do país, sinalizando tratar-se de calamidade paralela e coexistente à crise Yanomami que não pode ser relativizada ou deslocada a plano secundário", disse o professor titular de Direito Internacional Público da Uerj.

De acordo com o pesquisador, existem temas emergenciais que precisam de atuação imediata do Estado brasileiro.

"Este relatório não tem viés crítico. Trata-se de documento descritivo que busca contribuir para o enfrentamento dos desafios pelo novo governo".

Os dados sobre a chegada desses estrangeiros no Brasil foram coletados nas cidades de Pacaraima, Cantá e Boa Vista, em Roraima, e em Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Foram colhidos relatos de autoridades brasileiras, agentes humanitários, membros da sociedade civil, funcionários de organizações internacionais, migrantes e solicitantes de refúgio.

Segundo Vasconcelos, entre os temas emergenciais está a questão da interiorização dos venezuelanos, com atenção especial aos povos indígenas que vêm da Venezuela. "Porque essa interiorização pode representar um risco realmente muito grande de o Brasil cometer algum tipo de violação de direitos humanos. Ao promover a interiorização de uma etnia, a gente pode contribuir para que ela entre em um processo de extinção e isso pode ser feito de uma forma sistemática não intencional", avaliou.

Outro ponto urgente apontado pelo professor é a questão da comunicação das informações sobre os cadastros penais da Venezuela com o Brasil. "A gente não tem, neste momento, um controle na fronteira de pessoas que são solicitantes de refúgio ou migrantes que podem, na verdade, estar fugindo de uma situação penal na Venezuela. Esse controle deveria ser feito no marco de

uma reconstrução da relação diplomática do Brasil com a Venezuela."

Com base nessas informações, o relatório propõe uma série de ações para uma acolhida mais apropriada, com políticas públicas alinhadas ao direito internacional com ênfase nos direitos humanos.

Venezuelanas migrantes

As mulheres e meninas venezuelanas que migraram para o Brasil fazem pouco uso de métodos contraceptivos, têm muitos filhos e vieram em busca de serviços de assistência à saúde, motivação para migrar que perde apenas para a fome. Cerca de 10% delas chegaram ao Brasil grávidas.

As informações são de pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenada pela Universidade de Southampton, da Inglaterra.

O estudo revela condições do processo migratório e os impactos da migração forçada sobre a saúde sexual e reprodutiva de mulheres e adolescentes. No total, 2.012 migrantes de 15 a 49 anos que chegaram ao Brasil entre 2018 e 2021 foram entrevistadas em Manaus (AM) e Boa Vista (RR). As entrevistadoras também foram venezuelanas.

Segundo a Fiocruz, a separação de mães e filhos é um dos dados ligado à saúde das migrantes que mais preocupa. O estudo mostra que cerca de 25% das mães venezuelanas deixaram pelo menos um filho

no país de origem e foram justamente elas que relataram pior estado de saúde, assim como as que sofreram algum tipo de violência no percurso até a chegada ao Brasil.

"Entre as migrantes venezuelanas, 40% tem dois ou três filhos e 16%, quatro ou mais. As taxas de fecundidade são consideradas altas, o que é prejudicial também do ponto de vista financeiro, já que, além de precisar alimentar e cuidar de muitas crianças, essas mulheres acabam impedidas de trabalhar porque precisam ficar com os filhos. Quase 80% das migrantes vivem com menos de um salário mínimo. Uma das recomendações feitas pela pesquisa é a disponibilidade de creches e escolas para as crianças e adolescentes venezuelanas", diz a Fiocruz.

Em meio a este cenário, apenas 47% das venezuelanas no Brasil usam algum método contraceptivo, enquanto entre as brasileiras, a média é de 80%.

"O acesso aos métodos contraceptivos das venezuelanas após a chegada ao Brasil se deu principalmente pelos serviços públicos de saúde, mas muitas ainda compram, apesar da carência de recursos. Isso quer dizer que, apesar da oferta, não há facilidade para essas mulheres encontrarem os métodos que são oferecidos gratuitamente. Há alguma barreira no acesso aos métodos e isso precisa ser resolvido", afirmou, em nota, a coordenadora da pesquisa na Ensp/Fiocruz, Maria do Carmo Leal. (Agência Brasil)

CGU e Polícia Federal investigam fraudes licitatórias em prefeituras

A Polícia Federal (PF), em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou na terça-feira (14) a Operação Onipresente, visando à atuação de organização criminosa que, segundo a investigação, tem contratos firmados com 74 prefeituras do estado do Espírito Santo e em mais sete estados da federação.

"Por meio de uma sólida rede de influência econômica, diversas pessoas jurídicas pertencentes ao grupo empresarial investigado se valiam de seu domínio na área de desenvolvimento de programas de informática, fornecimento de provedores de internet, bem como consultoria e assessoria de sistemas, para direcionar e assim fraudar procedimentos licitatórios, seja por meio da inclusão de cláusulas restritivas, ou mesmo através de simulação de concorrência e rodízio das empresas contratadas", revelam as investigações.

De acordo com a PF, a cronologia dos fatos investigados demonstra a extensa atuação, não somente do ponto de vista territorial, uma vez que empresas ligadas ao grupo estão presentes em contratos firmados em ao menos oito estados brasileiros, mas também no que diz respeito ao tempo dessa atuação.

"Em que pese as investigações terem sido iniciadas em 2016, os documentos analisados dão conta de que, pelo menos desde 2002, o grupo atua junto a prefeituras e outros órgãos municipais, dominando as contratações em alguns setores capixabas, sobretudo da

área de informática", diz a corporação.

"Para se ter uma dimensão do vulto financeiro, foi identificado que, no período de janeiro de 2017 a junho de 2022, foi empenhado por 74 prefeituras do Espírito Santo o montante de R\$ 165,4 milhões em favor da principal empresa gerida pelo grupo, dos quais R\$ 136 milhões já teriam sido pagos, envolvendo recursos federais e recursos próprios dos municípios", acrescentou a PF.

Segundo as investigações, foram identificados indícios de irregularidades em uma série de situações que, em conjunto, apontam para um possível direcionamento das contratações em favor das empresas, que ainda são investigadas por lavagem de capitais, corrupção ativa e passiva, além da constituição de organização criminosa.

Com a autorização judicial da 1ª Vara Federal Criminal de Vitória, dez mandados de busca e apreensão foram expedidos para pessoas físicas e jurídicas que ocupam diferentes funções na hierarquia criminosa.

Cerca de 50 policiais federais e quatro servidores da Controladoria-Geral da União participam da ação, executando as medidas cautelares nos municípios de Domingos Martins e Vitória.

Os crimes investigados são frustração do caráter competitivo de procedimento licitatório; corrupção passiva; corrupção ativa; organização criminosa; e lavagem de dinheiro. Somadas, as penas máximas para esses crimes alcançam 46 anos de reclusão. (Agência Brasil)

Prefeitura de SP começa a liberar a devolução da outorga do Táxi Preto

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM), informa que dará início ao pagamento para os taxistas dos valores relacionados à outorga onerosa do Táxi Preto. Com a publicação da portaria conjunta SMT.SETRAM/SF nº 01, na terça (14/3) no Diário Oficial, os depósitos começaram a ser feitos individualmente em parcela única, já com a devida correção. A devolução da outorga faz parte do compromisso da atual gestão com os condutores da categoria Táxi Preto, que deixou de existir em outubro de 2022.

O taxista que preencher o formulário eletrônico relacionado ao assunto disponível no Portal SP156 deverá aguardar a publicação no Diário Oficial de seu nome junto ao valor total gasto por ele com a outorga. O montante indicado será então atualizado e depositado em

seguida na conta indicada pelo beneficiário. Os taxistas que ainda não cumpriram essa etapa têm até o dia 28 de outubro de 2024 para solicitar a restituição no Portal SP156.

Os alvarás de quem atuava na categoria Táxi Preto seguem válidos, convertidos para a licença de Táxi Comum. Os taxistas que possuem veículos da categoria Preto poderão continuar circulando com seus automóveis até que a idade limite do veículo (de 10 anos, excluído o ano de fabricação) seja atingida. A substituição também pode ser realizada antes disso de forma voluntária.

Os benefícios são válidos apenas para os taxistas com alvará na categoria Táxi Preto, e que não tenham processos na Justiça solicitando a restituição do valor da outorga onerosa. Os taxistas das demais categorias não serão afetados.

Quase 4,2 mi de pessoas resgatam R\$ 285,1 mi em valores esquecidos

TSE mantém multa a Bolsonaro após reunião de campanha com embaixadores

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, decidiu, na quinta-feira (14), manter a multa de R\$ 20 mil aplicada contra o então presidente Jair Bolsonaro no caso da reunião com embaixadores, realizada em julho do ano passado, no Palácio da Alvorada.

Na decisão, além de rejeitar o recurso de Bolsonaro, o ministro disse que a conduta deste "extrapolou os limites de atuação como chefe de Estado".

Em setembro do ano passado, durante a campanha eleitoral, o TSE considerou que as falas do então presidente durante a reunião caracterizaram

propaganda eleitoral irregular sobre fatos inverídicos para atingir a integridade do processo eleitoral.

"Nesse contexto, observa-se que a conduta do recorrente, à época presidente da República, extrapolou os limites de atuação como chefe de Estado, sendo legítima a atuação desta justiça especializada na tutela do processo eleitoral", decidiu Moraes.

No recurso apresentado do TSE, os advogados do PL e de Bolsonaro questionaram a competência da Justiça Eleitoral para julgar a questão e sustentaram que a multa ofende a liberdade de expressão do ex-presidente. (Agência Brasil)

AGU pede condenação definitiva de 42 presos por atos golpistas

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu na terça-feira (14) à Justiça Federal em Brasília a condenação definitiva de mais 42 pessoas presas em flagrante ao participarem da invasão e depredação das sedes dos Três Poderes da República, em 8 de janeiro.

O órgão pede que os envolvidos sejam obrigados a ressarcir os cofres públicos em R\$ 20,7 milhões. Os envolvidos já se encontram com bens bloqueados por meio de medida cautelar. Com isso, o total de processos pela AGU chega a 178 pessoas físicas, três empresas e um sindicato.

O valor pedido pela AGU corresponde aos prejuízos calculados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Palácio do Planalto, Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. A quantia pode aumentar, frisou a AGU no pedido da terça.

O órgão escreveu na petição que esse é "o valor que a Advocacia-Geral da União reputa como dano material já incontroverso, sem prejuízo de, no curso da instrução processual, serem produzidos novos elemen-

tos de provas demonstrando um dano ainda maior ao patrimônio público".

Até o momento, a AGU moveu cinco ações na Justiça Federal contra os suspeitos de envolvimento nos atos antidemocráticos. O órgão defende a responsabilização solidária dos envolvidos na esfera cível.

Em paralelo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou 919 pessoas por incitação ao crime e associação criminosa. Outras 219 foram acusadas também de condutas mais graves, como dano qualificado e tentativa violenta de abolir o Estado Democrático de Direito.

Segundo levantamento do Supremo Tribunal Federal (STF), das 1.406 pessoas que foram encarceradas após o 8 de janeiro, foram libertadas provisoriamente 1.014, das quais 407 são mulheres. Os indivíduos soltos responderão ao processo em liberdade, mediante restrições como uso de tornozeleira eletrônica e apresentação periódica em juízo, entre outras. (Agência Brasil)

Na primeira semana se saques após a reabertura do Sistema de Valores a Receber (SVR), quase 4,2 milhões de pessoas pediram o resgate de R\$ 285,1 milhões, divulgou há pouco o Banco Central (BC). O balanço abrange os pedidos realizados desde o último dia 7, às 10h, até as 17h da terça-feira (14).

Segundo o BC, o maior valor resgatado por uma pessoa física nesta terça correspondeu a R\$ 111,6 mil. Em relação às pessoas jurídicas, a maior quantia resgatada chegou a R\$ 34,7 mil. Desde o início do programa, o maior resgate individual ocorreu na quarta-feira (8), quando uma pessoa física retirou R\$ 749,5 mil esquecidos.

O número de pessoas que pediram o resgate de valores falecidos desde o início do programa soma 1,23 milhão. Somente na terça, 42,8 mil herdeiros ou testamentários sacaram

valores.

Assim como nos últimos dias, não houve fila virtual na terça-feira. No último dia 7, primeiro dia de saques, a espera média na fila virtual chegou a duas horas durante a manhã. Ao longo da tarde, o tempo de espera reduziu-se rapidamente até ser zerado por volta das 17h15 do mesmo dia, segundo o BC.

De acordo com a autoridade monetária, o SVR permanecerá aberto para todos, sem interrupções programadas, para que cada um possa recuperar os valores esquecidos no sistema financeiro.

Reabertura

Com a possibilidade de verificação de valores de pessoas falecidas, o Sistema de Valores a Receber (SVR) reabriu no último dia 7, após 11 meses fechado. Os usuários podem agendar o recebimento dos recursos no site Valores a Receber.

As consultas foram reabertas em 28 de fevereiro. Conforme o balanço mais recente do BC, até este domingo (12), 106 milhões de consultas haviam sido feitas. Desse total, 49,7 milhões (46%) apontaram quantias a receber e 57,2 milhões (54%) não encontraram valores esquecidos.

Segundo o BC, cerca de 38 milhões de pessoas físicas e 2 milhões de pessoas jurídicas têm cerca de R\$ 6 bilhões a receber. Para sacar os valores (pessoa física) ou de falecidos, o usuário precisa ter conta no Portal Gov.br de nível prata ou ouro. Para reaver valores de pessoa jurídica, precisa ter conta no Portal Gov.br com o Cadastro Nacional Pessoa Jurídica vinculado (com qualquer tipo de vínculo, exceto colaborador).

O sistema tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de so-

licitação para compartilhamento no Whatsapp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também há uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de cronograma por ano de nascimento ou de fundação da empresa.

Além dessas melhorias, há a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informará a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também haverá mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF de quem fez o pedido. (Agência Brasil)

Lula quer banco público emprestando para obras em municípios

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira (14), no encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), em Brasília, que os bancos públicos federais devem emprestar recursos para financiar obras em estados e municípios. A FNP é a entidade que reúne gestores de todas as capitais e municípios com mais de 80 mil habitantes.

"Vou trabalhar para que os bancos públicos tratem de emprestar recursos para cidades com capacidade de endividamento e de financiamento. Não tem sentido banco não querer emprestar dinheiro para que um estado ou um prefeito faça uma obra. Se o estado e a cidade tiverem condições, o dinheiro não vai ficar no cofre dos bancos para render de juros. Vai render com obra para melhorar a qualidade de vida das pessoas", disse o presidente.

Na chegada ao evento da 84ª Reunião Geral da FNP, em um hotel da capital federal, Lula participou da inauguração da Sala das Cidades, da Caixa Econômica Federal. O departamento do banco estatal vai priorizar a relação direta com gestores municipais para a concessão de financiamentos.

Ao falar sobre a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, o presidente Lula pediu apoio aos prefeitos na concessão de terrenos públicos para a construção de moradias populares. "Se o prefeito puder fazer a concessão dos terrenos, a gente pode fazer a casa muito mais barata para o povo mais pobre desse país", defendeu. Segundo o presidente, há cerca de 186 mil casas com obras paralisadas de governos anteriores, além da meta de milhões de imóveis nos próximos anos.

Ainda de acordo com Lula, o governo federal também vai levantar o patrimônio da União que poderá ser destinado à moradia popular. "Eu determinei à nossa ministra do Planejamento que fizesse um levantamento de todas as terras públicas que têm no governo federal e que fizesse o levantamento de todo o patrimônio, nas capitais, prédios, casas, lojas, tudo o que estiver abandonado, pra gente tentar transformar em moradia decente para as pessoas mais humildes desse país. É a forma da gente acabar com o déficit habitacional, que é uma coisa crônica", disse.

Reeleito para mais um mandato de 2 anos à frente da FNP, o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, destacou a presença de Lula no encontro e disse que a entidade não era recebida pelo governo anterior. "Nós nunca

fomos recebidos pelo presidente da República Jair Bolsonaro. E, este ano, já fomos recebidos por vossa excelência duas vezes", afirmou. Nogueira reforçou a proposta de criar um Conselho da Federação, para reunir, de forma paritária, representantes do governo federal, governos estaduais e prefeituras municipais.

Já o presidente reforçou não ser possível governar o país sem levar em conta as demandas de prefeitos e governadores, e se comprometeu a manter uma relação republicana com todos os gestores municipais do país. "Eu não quero saber de que partido vocês são, que time vocês torcem, não quero saber a religião de vocês. A única coisa que quero saber é que vocês foram eleitos pelo voto democrático do povo da cidade que vocês moram", disse o presidente. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Brasil e Israel - Colaboração entre Nações

Por Nicholas Maciel Merlone

A nação israelense passou em poucos anos de uma economia agro para um Estado altamente tecnológico, empreendedor e inovador. Mas pode-se perguntar o que fez com que um país de 9 milhões de habitantes e 22 mil km² de território virasse uma potência exportadora de tecnologia.

Dentre os fatores que conduziram a isso, estão: 1) Serviço Militar Obrigatório; 2) Cultura de Inovação; e 3) Inovação e Disrupção Tecnológica.

Nesse sentido, é salutar a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Israel no Senado Federal brasileiro, que inicia atividades.

Nos últimos tempos, Brasil e Israel se aproximaram mais, apesar de firmados de longa data. Os dois países detêm muita capacidade para implementar ações práticas na esfera da colaboração econômica e política. Desse modo, a própria criação do Grupo Parlamentar Brasil-Israel realiza uma caminhada relevante na força empregada pelas duas nações em tempos recentes, porque acrescenta uma perspectiva mais forte e pragmática às saudáveis relações entre os países amigos — afirmou o senador Carlos Viana.

Por sua vez, o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zohar Zonshine, disse se sentir honrado pela amizade e o carinho dos brasileiros e afirmou que o grupo se trata de uma chance para que os dois países se aproximem ainda mais. O embaixador mencionou como áreas de interesse para a colaboração a economia, a agricultura, a defesa, a cultura e a ciência e tecnologia.

Finalmente, podemos dizer que as relações entre as duas nações são benéficas para ambas. Segundo o embaixador de Israel, tais relações, afinal são necessárias para melhorar as vidas no Brasil e em Israel.

Nicholas Maciel Merlone - Membro do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmerlone /
Contato: nicholas.merlone@gmail.com



CNJ aprova resolução para aplicar perspectiva de gênero no Judiciário

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na quarta-feira (14), por unanimidade, a criação de uma resolução para definir as diretrizes de aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. A norma determina que todos os magistrados do país sejam treinados para aplicar tais diretrizes.

O cumprimento da medida será acompanhado pelo Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário, também criado pela mesma resolução. O novo colegiado deverá estudar e promover a aplicação da metodologia.

O protocolo sobre a perspectiva de gênero funciona como uma espécie de guia, explicando como aplicar conceitos e reduzir a reprodução de estereótipos por juízes e juízas.



Foto: Gil Ferreira/Agência CNJ

A conselheira Salise Monteiro Sanchotene, relatora da nova resolução, disse haver muito trabalho a fazer.

"Muitos juízes não têm aplicado o protocolo como deveriam, ainda com rotulações da participação feminina, com estereótipos de gênero que não são bem-vindos no processo", disse a respeito de análises feitas pelo próprio CNJ sobre a atuação de magistrados pelo país.

Na terça (14), a presidente do CNJ, ministra Rosa Weber disse que a nova resolução trata "de cumprir a igualdade material entre homens e mulheres e, em última análise, cumprir a Constituição, nada mais

do que isso". Na semana passada, Weber já havia defendido a metodologia. Na ocasião, ela lembrou como as leis e normas do país foram historicamente concebidas "de forma a não considerar a mulher como ator político e institucional relevante na sociedade", motivo pelo qual é necessário agora aplicar uma "lente de gênero" sobre essas normas abstratas, de modo a garantir igualdade de tratamento de fato.

"A abordagem teórica dos conceitos, em especial o da imparcialidade, exige de nós postura atenta às desigualdades históricas e estruturais no contexto social dos grupos vulneráveis, caso das mulheres, marcado por padrões discriminatórios produzidos nos desenhos institucionais e jurídicos", acrescentou a ministra. (Agência Brasil)

Brasil e Alemanha reiteram parceria visando transição energética

O Brasil e a Alemanha firmaram um documento que reafirma parcerias estratégicas entre os dois países. Os ministros de Minas e Energia do Brasil, Alexandre Silveira, e da Economia e Ação Climática da Alemanha, Robert Habeck, destacaram que a iniciativa fortalecerá a transição energética, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

Silveira sugeriu ao colega alemão a contratação de hidrogênio de baixo carbono produzido no Brasil, de forma a colaborar para a instalação de plantas industriais no país, o que ajude

na fortalecimento do Programa Nacional do Hidrogênio que, segundo ele, é uma prioridade do governo brasileiro.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia informa que a ideia "é fazer um leilão no Brasil, com garantia de contratação pelo governo alemão, para o desenvolvimento do programa de hidrogênio de baixo carbono tanto para o governo brasileiro, quanto para o alemão".

Silveira explica que a parceria "vai ajudar a avançar a ainda mais a matriz energética limpa do Brasil", e que o desafio da

pastas será o de "conciliar esta política de governo com o desenvolvimento econômico para geração de oportunidades para o povo brasileiro de forma a combater as desigualdades, ainda muito latentes na nossa sociedade".

O ministro brasileiro acrescentou que o país tem "potencial para ser protagonista nessa pauta", uma vez que tem escala de mercado, recursos energéticos diversificados e abundantes, "além de um setor energético com elevada matriz de fontes renováveis".

"Nossas energias limpas -

solar, eólica e hidráulica - vêm se desenvolvendo de forma exponencial. Há uma tendência de termos um grande superavit de energia no Brasil, que pode ser conciliado com os interesses da Alemanha em relação ao hidrogênio verde", disse Silveira, na nota.

O ministro da Alemanha elogiou o potencial brasileiro para a produção de energias renováveis e disse que já há, em seu país, "setores interessados em investir na produção de hidrogênio de baixo carbono". (Agência Brasil)